

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

**SÍLVIA FERREIRA CAPRONI GONÇALVES**

**MOVIMENTO CAMPO DE PÚBLICAS: ESTUDO SOBRE SUA  
CONSTITUIÇÃO À LUZ DO CONCEITO DE IDENTIDADE E DA PERCEPÇÃO  
DE INTEGRANTES GRADUADOS EM ADMINISTRAÇÃO**

Varginha/MG

2014

**SÍLVIA FERREIRA CAPRONI GONÇALVES**

**MOVIMENTO CAMPO DE PÚBLICAS: ESTUDO SOBRE SUA  
CONSTITUIÇÃO À LUZ DO CONCEITO DE IDENTIDADE E DA PERCEPÇÃO  
DE INTEGRANTES GRADUADOS EM ADMINISTRAÇÃO**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Virgílio César da Silva e Oliveira

Coorientação: Prof<sup>o</sup> Dr. Gustavo Ximenes Cunha

Varginha/MG

2014

Gonçalves, Sílvia Ferreira Caproni.

Movimento Campo de Públicas : estudo sobre sua constituição à luz do conceito de identidade e da percepção de integrantes graduados em Administração / Sílvia Ferreira Caproni Gonçalves. - 2014.

98 f. -

Orientador: Virgílio César da Silva e Oliveira

Dissertação (mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha, 2014.

Bibliografia.

1. Administração pública - Brasil. 2. Psicologia social. 3. Identidade. I. Oliveira, Virgílio César da Silva. II. Título.

CDD: 351

SÍLVIA FERREIRA CAPRONI GONÇALVES

**CAMPO DE PÚBLICAS: UM ESTUDO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO  
MOVIMENTO À LUZ DA NOÇÃO DE IDENTIDADE.**

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas, campus de Varginha. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade

Aprovada em 07 de agosto de 2014.

Professor: Dr. Virgílio César da Silva e Oliveira  
Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Assinatura: 

Professor Dr. Gustavo Ximenes Cunha  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG

Assinatura: 

Professor Dr. Fernando de Souza Coelho  
Instituição: Universidade de São Paulo - USP

Assinatura: 

Professora Dra Tania Margarete Mezzomo Keinert  
Instituição: Instituto de Saúde de São Paulo - ISSP

Assinatura: 

Dedico,

Aos meus pais Antônio e Neuza, por tudo o que me ensinaram, pelo quanto me amaram e valorizaram.

Ao grande amor de minha vida Josmar, com quem sempre pude contar em todos os momentos.

Aos meus filhos Matheus e Maria Clara, que me ensinaram o significado mais profundo de amor incondicional.

## AGRADECIMENTOS

Fazer uma pesquisa é assim como fazer uma viagem. Primeiro é preciso escolher bons companheiros de viagem. Depois escolher um bom roteiro para que a viagem possa valer a pena. A partir daí é reunir os recursos necessários e viajar... Pensando assim, acredito ter escolhido ótimos companheiros, sem os quais essa viagem poderia não ter sido tão gratificante quanto foi.

É com essa sensação, a de ter feito uma viagem gratificante, que agradeço aos meus companheiros. Tanto aqueles que estiveram comigo antes mesmo que a viagem tivesse começado, quanto aqueles que passaram a integrá-la em diferentes momentos do percurso.

Agradeço aos companheiros de trabalho da Universidade Federal de Alfenas – Unifal-MG, docentes e técnicos administrativos, que colaboraram de diferentes formas, com o desenvolvimento dessa pesquisa. A cada um de vocês, minha amizade e gratidão.

Quero registrar que foi uma honra ingressar na primeira turma do Programa de Mestrado em Gestão Pública e Sociedade, na qual pude fazer amigos e criar laços. Ter oportunidade de ser aluna de professores que eu já conhecia e admirava, podendo conviver e conhecê-los melhor. Tudo, isso acrescentou muito à minha formação.

Ao professor Fernando de Souza Coelho e à professora Tania Margarete Mezzomo Keinert, minha gratidão pelas valorosas contribuições em diferentes momentos da pesquisa e principalmente pela disponibilidade generosa com que sempre me atenderam.

De modo especial agradeço ao meu orientador, o professor Virgílio César da Silva e Oliveira, que além de doutor em Administração, é mestre na arte de orientar. Você soube ouvir, dialogar, questionar, esclarecer e se dedicar de forma admirável, permitindo que a viagem se tornasse inesquecível.

Ao meu coorientador, o professor Gustavo Ximenes Cunha, que além de doutor em Linguística, é mestre na arte de comunicar. Obrigada por ter abraçado a pesquisa de forma tão empenhada, em um momento decisivo. Suas contribuições foram inestimáveis.

Sou também grata a Deus por todas as oportunidades que me foram oferecidas, por viver no Brasil num tempo de abertura política, democracia e grandes investimentos em educação, de modo especial no ensino superior. Tudo isso somado tornou possível a concretização do sonho do mestrado. Não tenho palavras para expressar o que isso realmente significa para mim.

Por fim, meu coração se enche de gratidão a todos que colaboram, torceram e me incentivam, nos diferentes momentos dessa viagem.

“[...] o real não está nem na saída, nem na chegada: ele se  
dispõe para gente é no meio da travessia [...].”

(GUIMARÃES ROSA, 2001)

## RESUMO

Esta pesquisa busca compreender a constituição do movimento Campo de Públicas a partir do referencial teórico sobre identidade fornecido pela psicologia social. Num contexto de revigoramento da Administração Pública e de ampliação da oferta de matrículas nesses cursos, o movimento Campo de Públicas destaca-se como expressão de uma coletividade que se articula para o reconhecimento das particularidades da formação de gestores públicos. Trata-se de um estudo exploratório de natureza qualitativa. A partir do estudo da legislação que orienta a formação desses profissionais e dos referenciais fundamentais da ciência administrativa, a identidade pressuposta do administrador é traçada. A parte empírica da pesquisa é desenvolvida a partir de entrevistas realizadas com integrantes do movimento Campo de Públicas, bacharéis em Administração, e analisadas com base na Análise de Conteúdo. Com base nessas entrevistas, a pesquisa evidencia que distinções significativas entre as identidades profissionais de administradores (de empresas) e administradores públicos foram um fator determinante para a constituição do movimento e o posicionamento de negação dessa identidade foi fundamental para o ingresso dos entrevistados no movimento. O Campo de Públicas foi também associado à ideia de paradigma emergente apresentado por Keinert (2000). De acordo com os resultados da pesquisa, o movimento pode ser considerado uma evidência da consolidação do Paradigma Emergente apontado por Keinert (2000). Constatou-se que a natureza da identidade coletiva em construção é uma identidade de resistência à imposição de referenciais típicos da ciência administrativa hegemônica. Todavia o movimento sinaliza em direção à construção de uma identidade de projeto, ancorada na multiplicidade da formação de seus atores e na possibilidade de construção de referências multidisciplinares, que possam orientar a formação de gestores públicos ou até mesmo a constituição de uma identidade própria para a administração pública brasileira.

Palavras-chave: Administração Pública Brasileira. Campo de Públicas. Psicologia Social. Identidade individual. Identidade coletiva.

## ABSTRACT

This research aims to understand the movement constitution from the Field of Public by the theoretical framework of identity provided by social psychology. In a context of strengthening of public administration and increasing the supply of enrollments in these courses, the movement Field of Public stands out as a collective expression of which is linked to the recognition of the peculiarities of the formation of public managers. This is an exploratory qualitative study. From the study of the legislation that guides the formation of these Professionals and of the fundamental references of administrative science, the assumed identity of the administrator is drawn. The empirical part of the research is developed from interviews with members of the movement Field of Public bachelors in business administration and analyzed using the Content Analysis technique. Based on these interviews, the research shows that significant distinctions between the identities of professional administrators (from companies) and public administrators were a determining factor for the formation of the movement and positioning of denial of this identity was crucial for the respondents entrance in the movement. The Field of Public was also associated with the idea of emergent paradigm presented by Keinert (2000). According to the survey results, the movement can be taken as na evidence from the consolidation of the Emerging Paradigm pointed by Keinert (2000). It was found that the nature of collective identity construction is an identity of resistance to the imposition of typical benchmarks of hegemonic administrative science. Although the movement points toward the construction of a project identity, anchored in the multiplicity of the formation of its actors and in the possibility of building multidisciplinary referrals, which can guide the public managers formation or even the creation of an identity for the Brazilian public administration.

Keywords: Brazilian Public Administration. Public field. Social Psychology. Individual identity. collective identity.

## LSTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Referencial Analítico .....	21
Figura 2	Caracterização do Campo de Públicas .....	30
Gráfico 1	Cursos de Graduação em Administração Pública .....	23
Gráfico 2	Matrícula nos cursos de Graduação em Administração Pública .....	24

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Quantitativo dos cursos de Graduação do Campo de Públicas autorizados pelo MEC em 2012 .....	32
Quadro 2	Conteúdos .....	60
Quadro 3	Habilidades e competências .....	60
Quadro 4	Campo de reflexão .....	61
Quadro 5	Objeto de reflexão .....	61
Quadro 6	Literatura .....	62
Quadro 7	Identidade pressuposta .....	63
Quadro 8	Posicionamento diante da Identidade Pressuposta .....	63
Quadro 9	Se reforçou a identidade pressuposta de Administrador.....	63
Quadro 10	Posicionamento diante da identidade pressuposta de Administrador .....	64
Quadro 11	Posicionamento de cada entrevistado diante da identidade pressuposta .	65
Quadro 12	O ingresso no Campo de Públicas .....	67
Quadro 13	Fatores que contribuíram para a constituição do movimento .....	67
Quadro 14	Referencias teóricos não hegemônicos da ciência administrativa .....	69
Quadro 15	Objetos de estudo não hegemônicos da ciência administrativa .....	70
Quadro 16	Novos referencias normativos .....	71
Quadro 17	A formação de identidades coletivas .....	71
Quadro 18	Percepção dos integrantes a respeito da identidade do movimento.....	72
Quadro 19	Se distinções entre as identidades profissionais de administradores e de administradores públicos representaram um fator fundamental para a constituição do movimento .....	73
Quadro 20	Caracterização dos cursos de graduação dos entrevistados .....	75
Quadro 21	Posicionamento diante da identidade pressuposta de administrador .....	76
Quadro 22	Tópicos significativos na análise da constituição do Campo de Públicas	76

## **LISTA DE ABREVIACÕES**

- AE** – Administração de Empresas
- ANGRAD** – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração
- AP** - Administração Pública
- CES** – Câmara de Educação Superior
- CFA** – Conselho Federal de Administração
- CFE** – Conselho Federal de Educação
- CNE** - Conselho Nacional de Educação
- DASP** - Departamento Administrativo do Serviço Público
- DCNs** – Diretrizes Curriculares Nacionais
- EAESP** - Escola de Administração de Empresas de São Paulo
- EBAP** – Escola Brasileira de Administração Pública
- EBAPE** – Escola Brasileira de Administração de Empresas
- EG/FJP** – Escola de Governo/ Fundação João Pinheiro
- ENEAP** – Encontro Nacional de Estudantes de Administração Pública
- FCL/UNESP** - Faculdade de Ciências e Letras/ Universidade Federal de São Paulo
- FGV** - Fundação Getúlio Vargas
- GP** - Gestão Pública
- GPP** - Gestão de Políticas Públicas
- GS** - Gestão Social
- IES** - Instituição de Ensino Superior
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** - Ministério da Educação e Cultura
- NMS** - Novos Movimentos Sociais
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PrND** - Programa Nacional de Desburocratização
- PP** - Políticas Públicas
- RAP** - Revista da Administração Pública
- RSP** - Revista do Serviço Público
- TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UR** - Unidade de Registro

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	13
2	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b>	18
2.1	A TRAJETÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	18
2.2	A LEGISLAÇÃO QUE ORIENTA A FORMAÇÃO DE ADMINISTRADORES PÚBLICOS	28
2.3	O MOVIMENTO CAMPO DE PÚBLICAS	31
3	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	36
3.1	REFERENCIAS DA CIÊNCIA ADMINISTRATIVA	36
3.2.	REFERENCIAIS SOBRE IDENTIDADE	41
3.2.1	Origens do conceito	41
3.2.2	Identidade à luz da psicologia social	43
4	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	51
4.1	TIPO DE PESQUISA E DE COLETA DE DADOS	51
4.2	ANÁLISE DE DADOS	54
4.3	CATEGORIAS DE ANÁLISE	56
5	<b>APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>	61
5.1	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	61
5.2	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	77
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	86
	<b>REFERÊNCIAS</b>	90
	<b>APÊNDICE</b>	96

## 1 INTRODUÇÃO

Com o processo de redemocratização do país, após os anos de ditadura durante o regime militar, que perdurou de 1964 a 1985, o Brasil vai aos poucos desenhando um novo modelo de Estado e de funcionamento da administração pública. Além da preocupação de criar mecanismos que garantissem o respeito aos direitos humanos e que assegurassem a participação política, inúmeros direitos sociais, como a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados, foram incluídos na Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988. A fixação de tais direitos previstos em lei, amplia a demanda do Estado e, conseqüentemente, as exigências de eficiência da administração pública também se ampliaram. Com isso, tornou-se mais complexo o papel do Estado brasileiro.

Durante o período de 1970 a 1980 os cursos de formação de gestores públicos estiveram à deriva, sem investimentos dos governos nem interesse da população, consequência da crise dos anos de 1980, apontada por Keinert (2000), como a crise do modelo de administração pública, centrado no próprio Estado. Segundo Coelho (2011, p. 1710).

Do impulso dos anos 1950 à letargia do final dos anos 1970, a formação acadêmica em AP [Administração Pública] encetou sua trajetória no país. *Grosso modo*, tal ensino, moribundo *vis-à-vis* à crise do Estado nos anos 1980 revitalizou-se com a agenda de reforma do Estado em 1995.

A abertura política, a redemocratização somada à expansão do ensino superior, de modo especial a ampliação da oferta e da procura pelos cursos que formam gestores públicos, colocaram a Administração Pública em foco. Segundo Paes de Paula (2005, p. 37), recentemente,

[...] os brasileiros estiveram engajados no processo de redemocratização do país, buscando reformar o Estado e construir um modelo de gestão pública capaz de torná-lo mais aberto às necessidades dos cidadãos brasileiros, mais voltado para o interesse público e mais eficiente na coordenação da economia e dos serviços públicos.

A revitalização dos cursos de formação de gestores, expressa pela ampliação da oferta de cursos na área e também pelo número de matriculados, traz à tona a discussão do perfil necessário aos novos gestores públicos. Alinhado a essa discussão, um grupo de professores e coordenadores de cursos da referida área começou a debater questões que interferem diretamente no desenvolvimento desses cursos e nas possibilidades de formação adequada às demandas da administração pública brasileira contemporânea. O movimento, conhecido como

Campo de Públicas<sup>1</sup>, ganhou força e visibilidade alcançando vitórias significativas, como a aprovação de Diretrizes Curriculares específicas para os cursos de graduação em Administração Pública, a Resolução nº 1 de 13 de janeiro de 2014. É importante que se esclareça que, até então, os cursos de graduação em Administração Pública estavam sujeitos à Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Administração. Esse fato obrigava os cursos de Administração Pública a incluírem em seus currículos conteúdos de maior interesse para a administração de empresas, as quais são uma forma específica de organização, diretamente relacionadas ao mercado e à satisfação do consumidor.

Para defender o argumento de que a Administração Pública tem uma lógica própria, Paes de Paula (2005) afirma que sua efetividade requer o desenvolvimento de técnicas de gestão adequadas, além de uma formação específica voltada para a Administração Pública. Reforçando essa ideia, Motta (2013, p. 85) afirma que as “empresas privadas e as organizações públicas possuem características bastante distintas em termos de dinâmica ou finalidades”. E, ainda, “as prática privadas são, por definição, fragmentadas conforme objetivos, limitadas por busca de lucro e descentralizadas para se aproximar dos clientes e enfrentar competidores.” (MOTTA, 2013, p. 87). Além disso, [...] “algumas concepções e instrumentos de gestão, praticados na empresa privada – como a perspectiva sobre a qualidade da despesa e o foco no cliente – podem dar mais consistência às ações públicas, mas também danificar valores fundamentais do serviço público.” (MOTTA, 2013, p. 88).

Nesse contexto de revigoração da Administração Pública e de busca pelo reconhecimento de suas particularidades, o movimento Campo de Públicas destaca-se como expressão de uma coletividade que se articula na direção da construção de uma identidade própria da Administração Pública brasileira. Assim sendo, esse movimento foi escolhido como tema desta pesquisa vinculada ao Programa de Mestrado em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, *campus* de Varginha. A pergunta central que se pretende responder é: A percepção de integrantes do Campo de Públicas, sobre distinções significativas entre as identidades profissionais de administradores (de empresas) e administradores públicos, foi um fator determinante para a constituição do movimento?

Considerou-se que a análise da constituição do movimento Campo de Públicas dependeria de fundamentação teórica sobre identidade e, mais especificamente das

---

<sup>1</sup>Ver definição para Campo de Públicas na página 27.

contribuições da psicologia social, que segundo Jovchelovitch (2004), é a ciência do entre, o espaço privilegiado que comporta as relações entre o nível micro e macro. Assim, na pesquisa, foram consideradas como nível macro a sociedade e as diretrizes hegemônicas da administração, centradas em um *ethos* individualista, exclusivamente focado no desempenho e contribuindo para moldar as identidades; como nível micro, foram considerados o indivíduo e sua ação cotidiana; e como nível meso, foram consideradas as manifestações dos integrantes do Campo de Públicas e suas percepções sobre a constituição do movimento.

O conceito de identidade adotado é inspirado em Ciampa (1987, 1994) que concebe a identidade como um fenômeno social, que se constitui na relação com o outro e que se encontra em constante movimento e reconstrução, ou seja, uma metamorfose. Nesse processo dinâmico, de ação e reação constantes, cada indivíduo adota diferentes posicionamentos em cada circunstância da vida, podendo assimilar a identidade que lhe é atribuída, ou negá-la. Além dos posicionamentos de assimilação ou negação, o autor acrescenta a reposição como forma de posicionamento do indivíduo, reposição na qual o indivíduo manter-se-ia na *mesmice de si*, perpetuando a identidade pressuposta.

Ampliando-se os estudos da constituição das identidades, as contribuições de Castells (2010) expandem para uma percepção da construção coletiva da identidade que se dá em contextos marcados por relações de poder. Assim, o autor propõe uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades: a legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes; a de resistência, criada por aqueles que se opõem ao que está instituído; e a de projeto que levaria a construção de uma nova identidade.

A partir das breves considerações realizadas até aqui, estabeleceu-se como objetivo geral:

Compreender, a partir da noção de identidade, a constituição do Campo de Públicas.

Para direcionar o estudo no sentido de responder ao problema de pesquisa e atingir o objetivo geral, foram estabelecidos os objetivos específicos:

- a) discutir os referenciais fundamentais da ciência administrativa, isto é, os elementos que estabelecem a identidade pressuposta do administrador;
- b) analisar o discurso de integrantes do Campo de Públicas, de modo a verificar seu posicionamento em relação à identidade pressuposta do administrador;
- c) compreender a institucionalização do Campo de Públicas, fundamentalmente a partir do modo como:
  - i. buscou referenciais e objetos não hegemônicos para ação gerencial;
  - ii. aglutinou indivíduos que negam (ainda que parcialmente) a identidade

pressuposta do administrador eiii. concebeu novos referenciais, base de uma identidade coletiva em formação;

d) discutir a natureza fundamental, de resistência ou de projeto, dessa identidade coletiva em formação.

Os argumentos que justificam a escolha do tema da pesquisa referem-se ao seu caráter inovador e à relevância do debate sobre a constituição da identidade de um movimento representativo da administração pública brasileira, que busca reafirmar a distinção entre um *ethos* individualista, economicista e centrado exclusivamente no desempenho (traços distintivos da administração geral ou de empresas) e outro, permeado por princípios (como a democracia e o republicanismo) e orientado ao coletivo (que se faz presente nas noções de interesse público e bem comum).

Ainda sobre a escolha do movimento Campo de Públicas como objeto de estudo, ela se justifica pelas demonstrações do movimento, de sua capacidade de organização e articulação, inclusive política, refletindo, por exemplo, nas decisões do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação. Destaca-se sua potencialidade de contribuir para a colocação da dimensão sociopolítica da administração pública no mesmo patamar de importância das dimensões institucional-administrativa e econômico-financeira. Paes de Paula (2005) já alertava para a necessidade de formação de administradores públicos em condições de corresponder a essa demanda por profissionais especialistas tecnopolíticos, ou seja, com capacidade para negociar e lidar tanto com a técnica quanto com as questões políticas. O Campo de Públicas tem demonstrado que atua, alinhado a essa perspectiva.

O tema em discussão é atual e envolve perspectivas de interesse pessoal e profissional da pesquisadora, responsável por esta pesquisa, dada a sua formação em pedagogia e sua atuação na Coordenadoria de Graduação da Unifal-MG diretamente ligada ao Bacharelado em Administração Pública.

O estudo em questão apresenta caráter exploratório e natureza qualitativa, sendo empregada a pesquisa bibliográfica e a análise dos documentos sobre o Campo de Públicas e da legislação referente à formação de administradores públicos. Os documentos pesquisados sobre o Campo de Públicas foram cartas produzidas pelo grupo após cada encontro presencial, como forma de registro das reuniões. Tais encontros ocorreram na forma de fóruns e seminários.

A coleta de dados para o desenvolvimento da parte empírica da pesquisa foi realizada a partir de entrevistas com integrantes do Campo de Públicas. Dentre os integrantes, foram identificados aqueles que cursaram a graduação em Administração e que eram atuantes no

movimento, tanto nos fóruns virtuais quanto nos encontros presenciais. Foram enviadas catorze solicitações de participação na pesquisa através das entrevistas. Dessas, oito retornaram respondendo as questões enviadas que foram elaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa. A metodologia adotada para a análise das entrevistas foi a Análise de Conteúdo.

O texto da dissertação está estruturado em seis capítulos. O primeiro se constitui desta introdução. O segundo, destinado à contextualização, foi dividido em três seções: uma sobre a Administração Pública brasileira, outra sobre a legislação que trata da formação de administradores públicos e a terceira sobre o Campo de Públicas. O terceiro capítulo foi destinado ao referencial teórico e está subdividido em duas seções: uma sobre a ciência administrativa e outra sobre identidade. A metodologia encontra-se no capítulo quarto. O quinto apresenta e discute os resultados. As considerações finais se encontram no sexto e último capítulo.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Após anos de ditadura imposta pelo regime militar, instaurado no Brasil em 31 de março de 1964, em 1985 o país ingressa no processo de redemocratização e abertura política e chega em 1988 com uma nova Constituição Federal. A crise econômica mundial afeta também o Brasil. A máquina pública, que cresceu muito durante o regime militar, passa a ser alvo de críticas, sendo considerada onerosa e ineficiente. O novo contexto e a reforma do Estado colocam novamente a Administração Pública em debate. Surgem novas demandas e muitos cursos de graduação para a área pública são criados.

O movimento Campo de Públicas surge nesse contexto, marcado pelo processo de redemocratização do país após a abertura política, aprovação da Constituição Federal de 1988 e ampliação da oferta de cursos de Administração Pública, Gestão Pública e Gestão de Políticas Públicas. Para compreender esse movimento, torna-se imprescindível sua contextualização histórica, que será feita a partir de uma revisão dos caminhos da Administração Pública brasileira e da legislação que normatiza a formação de administradores.

Inicialmente, no item 2.1, serão apresentadas a trajetória da administração pública brasileira e a formação de profissionais para a Administração Pública. Em seguida, no item 2.2, serão feitas uma revisão e uma discussão sobre a legislação que orienta a formação de administradores públicos no Brasil. Por fim, no item 2.3, o movimento Campo de Públicas será apresentado.

### 2.1 A TRAJETÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Vários autores já se dedicaram a estudar e sistematizar a história da Administração Pública brasileira. Dentre eles destacam-se os trabalhos de Warlich (1967), Fischer (1984), Keinert (1994, 2000), Coelho (2006, 2008, 2011, 2012), Abrucio (2007), Costa (2008) e Vendramini (2013), que serão aqui abordados para a compreensão do processo de construção do contexto atual da Administração Pública brasileira no qual o movimento Campo de Públicas toma forma e se articula.

Fischer (1984) elaborou um estudo da trajetória brasileira do ensino de Administração Pública para graduados, que possibilitou a percepção de que dados conjunturais e até externos ao Brasil influenciaram iniciativas de instituições brasileiras.

No Brasil, as origens da administração estão relacionadas à Administração Pública e à própria formação do Estado. A questão da constituição do Estado nacional e da formação da administração pública é tratada por Costa (2008), que aponta a transferência da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, como o fato que oportunizou a estruturação do aparato estatal brasileiro e, conseqüentemente as origens da Administração Pública.

Todo o aparato burocrático transplantado de Lisboa, ou formado aqui, em paralelo à antiga administração metropolitana, teve que ser montado para que a soberania se firmasse, o Estado se constituísse e se projetasse sobre o território, e o governo pudesse tomar decisões, ditar políticas e agir. (COSTA, 2008, p. 831).

Costa (2008), ao tratar da burocratização do Estado nacional, afirma que as ações empreendidas na década de 30 representaram mais que a tomada de poder por novos grupos oligárquicos. Para o autor, a implantação do modelo burocrático de administração no Brasil representou a passagem do Brasil agrário para o Brasil industrializado, que teve esse primeiro período de industrialização financiado pela produção de café. “Nesta época foram lançadas as bases do modelo de crescimento e do Estado intervencionista brasileiro.” (COSTA, 2008, p. 842).

Segundo Fischer (1984), um marco na busca pela eficiência do aparelho administrativo e modernização do Estado foi a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP. Nas palavras da autora:

Foi o DASP o introdutor da matéria de ensino “*Administração*” no Brasil e o pioneiro no treinamento de pessoal para o serviço público. Coube-lhe também a criação da carreira de técnico de Administração, em função da qual se expandiu a rede de ensino pública e privada, formando-se administradores em cursos de graduação nos anos seguintes. (FISCHER, 1984, p. 52).

O DASP iniciou suas atividades como órgão normativo e fiscalizador, direcionando a Administração Pública para a eficiência e racionalização, perdendo aos poucos seu caráter assistencialista e assumindo uma identidade inspirada em modelos de países mais desenvolvidos, de modo especial sob a influência teórica e metodológica dos Estados Unidos. “O Brasil era herdeiro de uma abordagem teórica dentro dos moldes da administração clássica e a importação dessas ideias de caráter prescritivo não só se coadunava com o estilo autoritário de governo, como era a única alternativa possível naquele contexto.” (FISCHER, 1984, p. 54).

Segundo Fischer (1984), a influência do desenvolvimentismo e dos princípios do capitalismo estava presente na Administração Pública da época, da década de 1930, que direcionava a sua ação para a eficiência dos negócios públicos: “o caráter modernizante do aparelho estatal foi sendo moldado pelos técnicos do DASP [...]” (FISCHER, 1984, p. 51). Além disso, observam-se também características de um Estado autoritário e centralizador, que apoiou as ações do DASP, pois este, segundo Fischer (1984), não apresentava nenhuma resistência às exigências de Getúlio Vargas.

Em 1945, o DASP passou por um período de crise. De acordo com a autora, um dos fatores de desequilíbrio do DASP foram as múltiplas influências teóricas que o órgão recebeu. Além da tecnologia administrativa, organicista e prescritiva, o DASP convivia com a influência do direito administrativo importado da França e da Itália. Além da dificuldade de conciliar diversas tendências teóricas, o DASP foi aos poucos perdendo força política. “O apoio integral do Presidente da República ao DASP, durou apenas sete anos.” (FISCHER, 1984, p. 54).

Ao tratar da crise enfrentada pelo DASP, Costa (2008) aponta como fator de descrédito desse órgão uma série de nomeações que ocorreram sem concurso público no início da redemocratização em 1945. Segundo o autor, esta foi também uma demonstração da força do clientelismo na Administração Pública brasileira.

Segundo Fischer (1984), o curso de Administração Pública só passou a ganhar identidade <sup>2</sup> a partir da década de 1950, no enquadramento dos princípios do desenvolvimento veiculados através da transposição de paradigmas de países mais desenvolvidos. O contexto da Primeira Guerra Mundial colocou o Brasil em um novo cenário que direciona as ações do Estado e, conseqüentemente, da Administração Pública para a industrialização do país.

É quando o governo muda a política para atender aos interesses da indústria e participar mais diretamente da atividade econômica. Crescia a pressão dos capitais estrangeiros e se formavam novos grupos oligárquicos baseados na expansão industrial. Estes novos grupos tinham interesses em promover renovação governamental, por pressão dos países desenvolvidos. (FISCHER, 1984, p. 55).

Nessa fase da Administração Pública brasileira, a influência norte-americana é ainda mais evidente e concretizada através dos planos de desenvolvimento econômico e administrativo elaborados por especialistas americanos<sup>3</sup>. A criação da Organização das Nações Unidas – ONU está relacionada à forte influência internacional nos rumos da Administração Pública brasileira. De acordo com Fischer (1984), esse órgão prestava auxílio

---

<sup>2</sup> O conceito de identidade será aprofundado no referencial teórico.

<sup>3</sup> Plano Salte e missão chefiada por John Abbink (FISCHER, 1984).

técnico e financeiro aos países subdesenvolvidos, como era considerado o Brasil. A autora ainda esclarece que com a progressiva desativação do DASP, alguns de seus técnicos foram deslocados para a Fundação Getúlio Vargas – FGV, criada em 1944 a partir de uma aliança entre antigos técnicos do DASP com a ONU, objetivando a promoção de treinamentos na área de Administração Pública.

A partir dessa correlação de forças, é criada a Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP<sup>4</sup>, que contava inclusive com a vinda de professores americanos. Segundo Fischer (1984), nesse período a figura do burocrata tem destaque, seguida pela do tecnoburocrata consagrada no período do regime militar, que teve início em 1964.

O Estado Burocrático-Militar implantado após 64 adota o modelo econômico de subdesenvolvimento industrializado e é liderado por uma tecnoburocracia civil e militar, que assume o seu controle. A política desse Estado orienta-se para as grandes empresas, estrangeiras e estatais, principalmente. A ideologia neocapitalista traz em seu bojo a modernização e o desenvolvimento periférico, visando reproduzir os padrões de consumo das sociedades industriais modernas. (FISCHER, 1984, p. 55).

É nesse contexto de desenvolvimentismo, intervencionismo estrangeiro e ditadura militar que a profissão de administrador é regulamentada, através da Lei nº 4760 de 8 de dezembro de 1965. Após o apogeu, o ensino de Administração Pública entra em declínio, fruto de uma nova conjuntura que determina investimentos prioritários na formação de administradores de empresas. Com a crise financeira da década de 1980, a reforma gerencialista ganhou força com o discurso de redução da máquina pública e dos gastos do governo. O quadro traz consigo novos condicionantes de uma identidade da Administração Pública, que estava em crise e desacreditada. Sendo considerada excessivamente burocrática e ineficiente, deveria absorver os princípios da administração de empresas.

Há, contudo, uma variação no papel do administrador público nessa evolução. Na década de 40, investiu-se na formação de burocratas para que atingissem um padrão de desempenho técnico satisfatório, contribuindo para a sustentação do sistema. Nas décadas de 50 e 60, grandes investimentos foram feitos no treinamento de pessoal no exterior e na institucionalização de centros de treinamento. [...] A década de 70 registra a perda de liderança no processo de apoio e assessoramento ao governo [...] O ensino de Administração Pública declina, questionando-se ser Administração Pública uma área de identidade própria. A formação de administrador de empresas passa a ser mais importante [...] (FISCHER, 1984, p. 89).

Fischer (1984) acrescenta que, a partir de 1967, a demanda pela formação de executivos se intensifica chegando a influenciar a gestão das instituições que passaram a ser

---

<sup>4</sup> A Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getulio Vargas (EBAP/FGV) foi criada no dia 15 de abril de 1952, na cidade do Rio de Janeiro, como a primeira escola de administração pública do Brasil e da América Latina. A EBAP surgiu por meio de uma parceria entre a FGV e a Organização das Nações Unidas (ONU) para atender a demanda por profissionais qualificados na área pública no país (FGV/EBAPE, 2014).

chamadas de empresas públicas, geridas sob os princípios da competência e racionalidade técnica.

Ao tratar da administração pública na década de 80, Fischer (1984) apresenta alguns questionamentos que começam a surgir em reação à ideia que se tinha até então a respeito de desenvolvimento. Para exemplificar, a autora menciona um relatório da Organização das Nações Unidas, de 1980, afirmando que o desenvolvimento é mais que passagem da condição de pobre para rico, ou de uma economia rural para a industrialização. É necessário que a melhoria da condição econômica venha acompanhada de segurança, justiça e equidade.

Nessa nova perspectiva, a autora fala do processo de autodesenvolvimento como uma forma de desenvolvimento não linear e alternativo, cuja racionalidade seria orientada por uma prática social moralmente relevante. Segundo Fischer (1984), o autodesenvolvimento depende de processos de aprendizagem, comunicação, socialização e conscientização. A autora ainda enfatiza que “a formação de administradores públicos é requisito essencial à institucionalização de uma sociedade multicêntrica e com padrões próprios de desenvolvimento.” (FISCHER, 1984, p. 95).

A análise realizada por Keinert (1994, 2000) de conteúdo de artigos publicados na Revista do Serviço Público – RSP e na Revista da Administração Pública – RAP sobre a Administração Pública brasileira aponta a existência de dois grandes paradigmas: o do Público enquanto “Estatal” e o do Público enquanto “Interesse Público”. Entre a vigência de um e de outro paradigma, está a crise dos anos 1980 representando a ruptura com o modelo então adotado e o surgimento de uma nova concepção de administração pública e de relação Estado-sociedade.

Segundo a autora, o período que vai de 1930 a 1979 apresenta alguns pontos de inflexão. Contudo, esses momentos não foram fortes o suficiente para alterar o consenso que havia em torno da ideia de Público como Estatal. Assim o Estado continuava a ser entendido “como o principal ator e sujeito responsável pelas questões públicas, tanto as relativas à ordem cultural, quanto econômica” (KEINERT, 2000, p. 114).

A Figura 1, retirada da obra de Keinert (2000), apresenta uma análise da Administração Pública brasileira, identificando a existência de dois paradigmas: do Público enquanto Estatal e do Público enquanto Interesse Público. Eles aparecem separados pela crise de 1980, que representou uma ruptura com a concepção de Administração Pública que se tinha até então.

Paradigma Conceito de Público	Paradigma do Público enquanto Estatal (1930-1979)	a n o s  8 0  C R I S E	Paradigma Emergente: O Público enquanto "Interesse Público" (Pós-90)
Relação Estado-Sociedade	Estadocêntrica		Sociocêntrica
Estilo de Gestão Pública	Burocrática		Pós-Burocrática

Figura 1 – Referencial analítico

Fonte: KEINERT, 2000, p. 209.

A partir da Figura 1, que expressa uma análise da Administração Pública brasileira, é possível perceber que, até a década de 1980, ela estava centrada nas ações do Estado. Portanto, a identidade da administração pública se confunde com a identidade do próprio Estado.

Assim, a crença na necessidade da onipresença do Estado interventor, na figura do principal provedor e produtor da sociedade – em termos de serviços públicos; ou, no papel de Estado-empresário – em termos de sua atuação direta no campo produtivo; entra em crise. O Paradigma do Público como Estatal passa a ser questionado pela emergência de movimentos sociais e sindicais, inicialmente; e organizações não governamentais, posteriormente. (KEINERT, 2000, p. 114).

A crise dos anos 1980 oferece uma oportunidade de se repensar o papel do Estado e da Administração Pública. Segundo Keinert (2000), nesse período surge como norte da administração pública um Estado Regulador, cuja meta é a eficácia e que não atua diretamente, mas coordena e controla. O Programa Nacional de Desburocratização – PrND, que surge em 1979, é apresentado pela autora como o grande divisor de águas que coloca às claras o contexto de crise. Nas críticas encontradas por Keinert (2000) ao funcionamento do Estado, encontra-se a centralização das decisões que retira de estados e municípios a capacidade de administrar.

A crise econômica mundial que se desenrolava naquela época, década de 1980, refletia no funcionamento do Estado brasileiro, que também estava em crise. Durante a ditadura a máquina pública se agigantou para dar conta não só de prover como também de controlar o país. A partir da década de 1980, marcada pela abertura política, as duras críticas ao modelo

adotado até então abrem espaço para um novo paradigma, o do público como interesse público e como espaço institucional mais complexo, muito mais amplo que o Estado.

O paradigma estabelecido a partir dos anos 30 considerava “público” e estatal equivalentes. Já para o novo consenso que começa a delinear-se a partir dos anos 90, a noção de “público” não é mais definido por uma localização *institucional*, mas passa a ser entendido como um *valor*. No primeiro período, existia uma definição institucional bastante clara, estadocêntrica; no segundo, bem mais pulverizada, *sociocêntrica*. (KEINERT, 2000, p. 187, grifo da autora).

A diferença significativa apontada por Keinert (2000) diz respeito à democracia e à nova relação Estado-Sociedade que se estabelece após a abertura política. O novo contexto torna viável a participação da sociedade. A autora ainda ressalta tratar-se de um novo paradigma por ela chamado emergente e em ebulição.

Ao tratar do ensino superior de Administração Pública, Coelho (2006, p. 1) afirma que a partir dos anos 1980 e especialmente nos anos 1990,

[...] o Estado brasileiro transitou de um Estado desenvolvimentista para um Estado regulador e, neste contexto, as transformações do aparelho do Estado – pela privatização de empresas estatais, a concessão e a terceirização de serviços públicos etc. diminuíram a necessidade de formação acadêmica em administração pública [...].

Sem valorização, os cursos de Administração Pública definharam e perderam espaço para os cursos de administração de empresas. Vale ressaltar que até mesmo em termos de legislação e de avaliação pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) os cursos de administração pública passaram a ser regulamentados por resolução com forte predomínio da área privada.

Sobre a reforma do aparelho do Estado, que se seguiu após a abertura política, Abrucio (2007, p. 68) faz a seguinte avaliação: “[...] a principal preocupação dos atores políticos na redemocratização foi tentar corrigir os erros cometidos pelos militares, dando pouca importância à necessidade de se constituir um modelo de Estado capaz de enfrentar os desafios históricos.” Além disso, “o regime militar foi pródigo em potencializar problemas históricos da administração pública brasileira, como o descontrole financeiro, a falta de responsabilização dos governantes e burocratas perante a sociedade e a politização indevida da burocracia [...]” (ABRUCIO, 2007, p. 68). Assim, após a luta pela garantia dos direitos políticos e sociais garantidos na Constituição Federal de 1988, ainda resta muito a ser feito na reconstrução da máquina pública, no sentido de seu funcionamento ser coerente com as novas demandas de um país que aspira democracia.

A partir de um estudo sobre a história da Administração Pública brasileira, Vendranimi (2013) observa a existência de ciclos de valorização e desvalorização expressa pelo esvaziamento desses cursos.

Seguindo essa mesma linha de análise, é possível concluir que atualmente a Administração Pública vive um período de crescente valorização e revigoração, pois, os cursos relacionados à Administração Pública têm sido muito procurados, verificando-se uma expressiva ampliação do número de cursos autorizados, especialmente a partir de 2005, como pode ser evidenciado a seguir nos Gráficos 1 e 2, elaborados a partir de informações fornecidas pela Coordenação-Geral do Sistema Integrado de Informações Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes ao anos de 2000 a 2011.

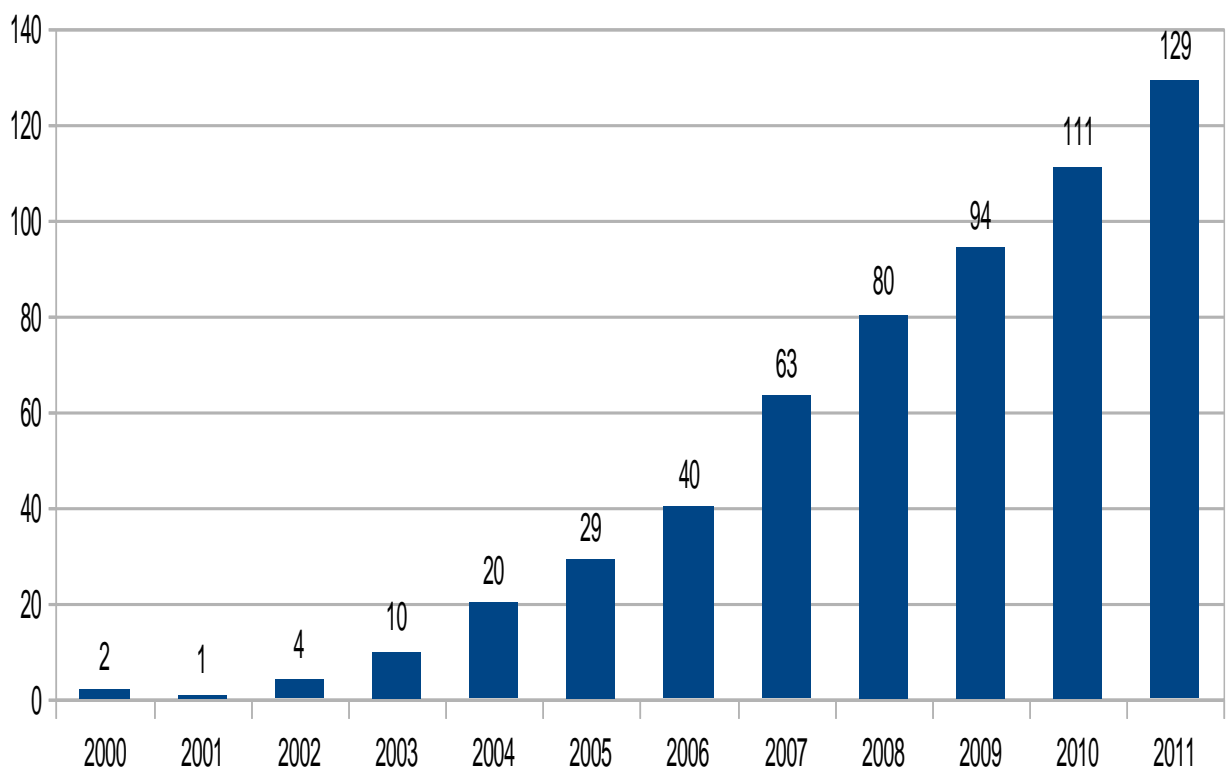


Gráfico 1 - Cursos de graduação em Administração Pública  
Fonte: Microdados do censo da Educação Superior 2000 a 2011 - MEC/INEP

Ao se tratar do levantamento de dados estatísticos dos cursos de graduação em Administração torna-se oportuno um esclarecimento a respeito de algumas divergências encontradas entre os dados fornecidos pelo MEC e os dados apresentados nas pesquisas de Coelho (2008) em relação ao número de cursos em funcionamento nos anos de 2000 e 2001. Os dados do MEC indicam dois cursos no ano de 2000 e um curso em 2001. Mas os estudos apresentados por Coelho (2008) indicam que ao menos três cursos estavam em funcionamento durante o período: o Bacharelado em Administração com habilitação em Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG/ FJP), o da Faculdade de

Ciências e Letras da Universidade Estadual de São Paulo (FCL/Unesp) e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Eaesp/FGV). Tal divergência pode ser oriunda de uma diferença no que se entendia sobre o que era curso de Administração Pública e o que era habilitação em Administração Pública ocorrida após 1993<sup>5</sup>.

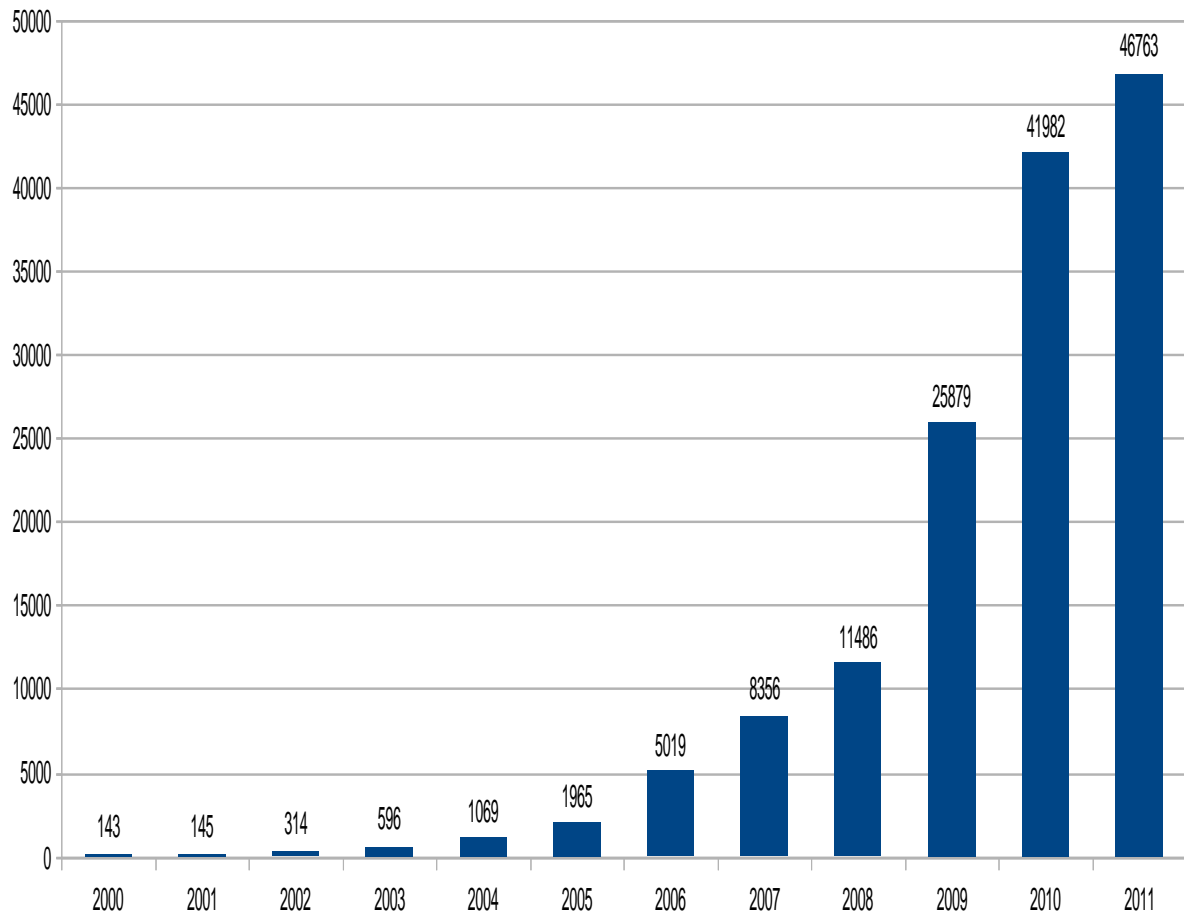


Gráfico 2 - Matrículas nos cursos de graduação em Administração Pública  
Fonte: Microdados do censo da Educação Superior 2000 a 2011- MEC/INEP

A partir do Gráfico 2 é possível observar um crescimento acentuado no número de matrículas, de modo especial nos anos recentes. Os números de cursos autorizados, de vagas ofertadas e de matrículas estão diretamente relacionados e expressam, além do investimento governamental, o interesse da população pelos cursos de Administração Pública.

<sup>5</sup> Em 04 de outubro de 1993 foi aprovada a Resolução nº 2 que oferecia aos cursos de Bacharelado em Administração a possibilidade da criação de habilitações específicas. Por um equívoco de interpretação da legislação, neste período os cursos de graduação em Administração Pública passaram a uma habilitação do curso de Administração. O erro só veio a ser corrigido através da Resolução nº 5 de 13 de julho de 2005. Ver Coelho 2011.

Formar gestores públicos desponta novamente com uma necessidade. O que se questiona hoje é qual perfil de gestores públicos é necessário formar. Inúmeros autores têm se dedicado ao estudo do perfil necessário ao gestor público contemporâneo. Dentre eles Fischer (1984), Keinert (1994, 2000), Nogueira (1998), Paes de Paula (2005), Coelho (2006, 2008, 2011) e Hachem (2010), que convergem para a ideia de se tratar de um profissional com habilidades e competências específicas de caráter mais amplo e formação tecnopolítica. Como exemplo, Keinert (1994, p. 46) expressa a necessidade de competência técnica e política na atuação do gestor público:

Este novo contexto exige administradores públicos capazes de administrar democraticamente e gerenciar a participação das comunidades. A competência política para conciliar demandas sociais e conviver com as relações de poder entre Estado e sociedade precisa ser aliada à capacidade técnica para definir prioridades e metas, formular estratégias e gerir recursos escassos.

As habilidades do administrador público emergente são apresentadas por Keinert (1994) em três grupos. O primeiro relacionado à habilidade humana de liderar, se comunicar, negociar, administrar conflitos e lidar com mudanças. O segundo diz respeito à habilidade profissional que permita uma visão estratégica com criatividade, técnicas adequadas ao setor público. O terceiro grupo corresponde às habilidades públicas baseadas na noção de ética, democracia, cidadania e responsabilidade social, de compromisso com um projeto político nacional. Segundo a autora, o terceiro grupo de habilidade é o que diferencia o administrador público do administrador de empresas.

Seguindo na mesma linha, Nogueira (1998, p. 190) afirma:

O gestor público de que se necessita hoje, em suma, precisa ser um profissional de articulação, competente para negociar com atores mais desagregados e fragmentados, mais carentes e solicitantes, mais excluídos e cientes dos seus direitos. E seu trabalho terá tanto mais relevo quanto mais colaborar para que se rompa categoricamente o hiato entre técnica e política quanto mais ajudar a desmontar a imagem da técnica como coisa neutra, autônoma, fatal e invencível, quanto mais compreender que as soluções por ele buscadas dependem de um devir coletivo complexo.

Este debate em torno do perfil necessário ao novo gestor público torna-se fundamental, considerando que os cursos de graduação que estão sendo criados, assim como os já existentes, devem ser estruturados em atendimento à nova demanda por gestores públicos.

## 2.2 A LEGISLAÇÃO QUE ORIENTA A FORMAÇÃO DE ADMINISTRADORES PÚBLICOS

Esta seção destina-se a apresentar a legislação referente à formação de administradores, no período compreendido entre 1965 a 2005, e discutir alguns pontos considerados mais relevantes para contextualização da pesquisa. Tal recorte, que compreende um período de 40 anos, inicia-se com o marco legal da profissão de administrador, que é a Lei 4.769 de 09 de setembro de 1965, e vai até as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração, bacharelado, ou seja, a Resolução n. 04, de 13 de julho de 2005. Cabe esclarecer que a referida resolução, até 2013, regulamentava não só os cursos de Administração, mas também os cursos do Campo de Pública.

Segundo Coelho e Nicolini (2014, p. 384), “Na metade dos anos 1960, dos 31 cursos de administração no país, dois terços eram de administração pública ou enfatizavam esse campo de saber.” Foi nesse período de valorização da formação e atuação na área pública que a lei que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Administração, a Lei 4.769, de 9 de setembro de 1965, foi aprovada. Ela também inspirou a elaboração do Parecer nº 307, de 08 de julho de 1966, do então Conselho Federal de Educação (CFE), que fixava o currículo mínimo do curso de Administração no Brasil. Cabe esclarecer que, na época a terminologia Técnico em Administração, referia-se a um profissional qualificado para as funções de Administrador. Com o passar do tempo houve a alteração da denominação da categoria para Administrador, por meio da Lei 7.321, de 13 de junho de 1985.

Assim, através do Parecer nº 307, de 1966, os currículos mínimos para os cursos de graduação em Administração, vigoraram por 27 anos, detalhando disciplinas e cargas horárias, obrigando as instituições de ensino a se adequarem às “grades”, para terem seus cursos autorizados ou reconhecidos. Gonçalves e Gaydeczka (2013) avaliam que a formação superior oferecida a partir do currículo mínimo, baseado em estruturas rígidas e disciplinares, conduzia a uma formação fragmentada. Coelho (2006) e Vendranimi (2013) também apontam o currículo mínimo como uma medida que trouxe consequências negativas para os cursos de Administração Pública, devido à sua inspiração em preceitos americanizados de imbricação entre o público e o privado, nos quais o setor privado empresta técnicas de administração de empresas para supostamente tornar a administração pública mais eficiente. Nessa integração da matriz curricular, a administração pública perdeu muito espaço. “Observa-se que a matriz curricular dos cursos de Administração no Brasil possuía um viés epistemológico direcionado

para a gestão empresarial, comprovado pelo fato de que não havia qualquer disciplina que contemplasse conteúdos da gestão pública.” (VENDRAMINI, 2013, p. 18).

Em 1966, de acordo com relato de Warlich (1967), a EBAP foi solicitada a ampliar seu currículo, a fim de diplomar bacharéis em Administração de Empresas. Essa demanda, encaminhada por autoridades da Fundação Getúlio Vargas – FGV, reflete o contexto da época, que ensinava a criação de empresas e a implantação do capitalismo no Brasil.

Coelho (2006) relata as transformações do papel do Estado e do próprio ensino de Administração Pública, que enfrentou vários momentos de crise ao longo de sua história. A solicitação enviada à EBAP reflete bem um desses momentos de crise da Administração Pública, sendo a escola pressionada a atender a uma demanda pela formação de administradores de empresas.

Em Coelho (2008, p. 8), é apresentada uma síntese das ênfases curriculares, organizando o ensino de Administração Pública em dois ciclos:

[...] durante o 1º ciclo (1952 – 1965) teve uma identidade então disseminada pela então Ebap/FGV (2001, a escola mudou de nome para Ebape) afinada com uma concepção de Estado e com os contornos de seu campo de saber. Isso o diferenciava da formação acadêmica em administração de empresas. No entanto, tal identidade se diluiu no decorrer de um 2º ciclo (1966 a 1982). Nesse período, o *enforcement* do currículo mínimo de administração – com lógica de administração de empresas (AE)–, a partir de 1966, a diluição do *ethos* de administração pública no país – com a gestão empresarial se sobrepondo ao “Estado Empresa” – e, nos anos 1970, o milagre econômico – com o conseqüente *boom* do ensino de AE – corroeram a especificidade dos cursos de graduação em AP no país.

Em 04 de outubro de 1993, a Resolução nº 2, do antigo Conselho Federal de Educação<sup>66</sup> (CFE), além de oferecer a possibilidade da criação de habilitações específicas, altera a concepção dos currículos mínimos para currículo pleno, abrindo novas perspectivas através da possibilidade de criação de habilitações específicas. A solução encontrada para a rigidez dos currículos mínimos, se não foram as ideais, ainda assim representaram um avanço. Nesse sentido, Coelho *et al* (2011, p. 1726) esclarecem:

Ainda que a rigidez de disciplinas obrigatórias (e cargas horárias) continuasse e a concepção de administração como AE<sup>7</sup> permanecesse, as IESs<sup>8</sup> tinham, agora, a flexibilidade de compor 960 horas-aula, ou seja 32% do curso. No caso dos bacharelados em AP, neste espaço de disciplinas eletivas (e complementares), poder-se-iam incluir e/ou ampliar os estudos típicos/exclusivos do setor público de acordo com as especificidades do curso. Outrossim, mediante a intensificação de estudos de um conjunto de matérias a fins, além da habilitação geral prescrita em lei (no caso AE e AP), se desejassem, poderiam – agora – ter habilitações específicas exequíveis em um curso de graduação em AP.

<sup>66</sup> O Conselho Federal de Educação (CFE), foi criado pela Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, e extinto pela Lei 9.131 de 24 de novembro de 1995, que também cria o atual Conselho Nacional de Educação (CNE).

<sup>7</sup> AE, utilizada pelo autor para se referir à Administração de Empresas.

<sup>8</sup> Instituições de Ensino Superior.

Ainda em Coelho et al (2011), é ressaltado o equívoco de interpretação da Resolução nº 2 de 1993, por parte das autoridades educacionais, que passaram a entender a Administração Pública como uma habilitação da Administração, resultando no descredenciamento do curso de graduação em Administração Pública, passando então a nomenclatura para curso de graduação em Administração, com habilitação em Administração Pública no verso do certificado.

A aprovação da Lei 9.394, em 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), trouxe a possibilidade de uma maior flexibilidade curricular. Apenas em 2005, os cursos de graduação em Administração, passam a ser regidos pela Resolução nº 4, em 13 de julho de 2005, do CNE, que revoga a Resolução nº 2 de 1993, *admitindo e corrigindo* o erro de interpretação, *extinguindo* as habilitações e *definindo* a existência das denominações “Curso de Administração” ou “Curso de Administração Pública” exclusivamente.

As várias lacunas e limites referentes à formação acadêmica, com que se deparam os cursos de graduação em Administração Pública, dizem respeito à falta de identidade do próprio ensino de Administração Pública, que, segundo Coelho (2008), estaria relacionada à crise da própria administração pública. Vendramini (2013) afirma que, de 1966 a 2005, os cursos de graduação em Administração Pública eram considerados apenas uma derivação da Administração de Empresas. Assim como Keinert (2000), Coelho (2011) entende a crise da Administração Pública como uma crise do próprio Estado e uma crise paradigmática.

O crescimento da oferta de cursos relacionados à área pública e o crescente interesse da população em cursá-los podem ser considerados também como um indicador da importância que a Administração Pública volta a ter no cenário nacional. Apesar do crescimento do número dos cursos que formam gestores públicos, em termos de legislação educacional, esses cursos continuavam, até 2013, obrigados a seguirem a legislação dos cursos de Administração.

Nesse contexto de crescimento e revigoramento da Administração Pública, insere-se o movimento Campo de Públicas, que será mais detalhado na próxima seção. O movimento está diretamente relacionado à questão da legislação educacional, de modo especial na luta pelas DCNs para o Campo de Públicas, que se intensifica a partir de 2005.

### 2.3 O MOVIMENTO CAMPO DE PÚBLICAS

Para uma boa definição do que seria o Campo de Públicas nada melhor do que recorrer a uma fonte bem atualizada como Coelho (2014, p.24), que assim o define:

Trata-se de nomenclatura utilizada pelos professores, alunos e egressos dos cursos de graduação – bacharelado ou tecnológico – em administração pública (AP), gestão pública (GP), políticas públicas (PP), gestão de políticas públicas (GPP), e gestão social (GS) no Brasil. Surgiu no ato de uma audiência pública no Conselho Nacional de Educação em abril de 2010 para se discutir a elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em administração pública e conexos no país – na ocasião, os 14 cursos presentes, representados por coordenadores e professores, aprovaram tal expressão, sugerida pelo Prof. Valdemir Pires (FCL\_UNESP), como uma identidade para integrá-los e mobilizá-los.

O panorama político e econômico do Brasil do início do século XXI favorece a participação social e o debate em torno de questões que são relevantes para um país que redescobre a democracia e almeja constituir-se como uma nação. Com o aumento da oferta de vagas no ensino superior e o crescente interesse da população por cursos da área pública, questões relativas a esses cursos e à formação de gestores públicos passam a serem discutidas, de modo especial por um grupo que passou a ser conhecido como Campo de Públicas. O grupo criou um *blog* onde está publicada uma definição que esclarece sua constituição e propósitos:

“Campo de Públicas” é uma expressão que vem sendo utilizada, há pouco mais de uma década, no Brasil, por coordenadores, professores, alunos e egressos de cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social. Refere-se ao campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometido com o aperfeiçoamento democrático e republicano. Tem como objetivo formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais e promover processos que contribuam para o aperfeiçoamento da esfera pública, qualificação e melhoria da ação governamental e intensificação e ampliação das formas de participação democrática da sociedade civil na condução dos assuntos públicos. Compreende tanto as ações de governo quanto as de outros agentes públicos não governamentais - sobretudo as organizações da sociedade civil. (PIRES *et al*, 2012).

Considerando que o Campo de Públicas possui integrantes nas diversas regiões brasileiras, o *blog* tornou-se um importante canal de comunicação para tratar de questões de interesse coletivo do movimento. No *blog* do Campo de Públicas, estão documentos que relatam as ações do grupo expressas na forma de cartas e relatórios produzidos coletivamente, a partir dos encontros presenciais e das discussões virtuais. Esses documentos constituem uma importante forma de registros das ações, das intenções e da natureza do movimento.

Dentre esses documentos, encontra-se a carta do Balneário Camboriú - SC, de 06 de agosto de 2010, que é considerada uma forte expressão do movimento na luta pelo reconhecimento das particularidades dos cursos de graduação que formam gestores públicos. Ela foi redigida durante o IX ENEAP – Encontro Nacional de Estudantes de Administração Pública. Nela estudantes, coordenadores e professores de cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão Social e Gestão de Políticas Públicas de universidades brasileiras manifestam apoio à aprovação de diretrizes curriculares específicas para estes cursos. Na carta é apresentada uma figura que representa a natureza multidisciplinar e interdisciplinar dos cursos do Campo de Públicas, que estão estruturados a partir da confluência das áreas de conhecimento em Administração, Ciências Sociais, Direito e Economia. A figura inserida no corpo da carta do Balneário de Camboriú reforça a necessidade de diretrizes curriculares específicas para esses cursos, e não como tradicionalmente acontece, direcionando as diretrizes para um curso específico.

A concepção interdisciplinar e a ideia de complementaridade expressas na figura 2 defendem que a formação acadêmica dos cursos nela inseridos, está comprometida com a formação de um profissional com habilidades tecnopolíticas, ou seja, que possua habilidades relacionadas à dimensão política e à capacidade de articulação, habilidades que só podem ser desenvolvidas a partir de conhecimentos das Ciências Sociais, da Economia, do Direito e da Administração.

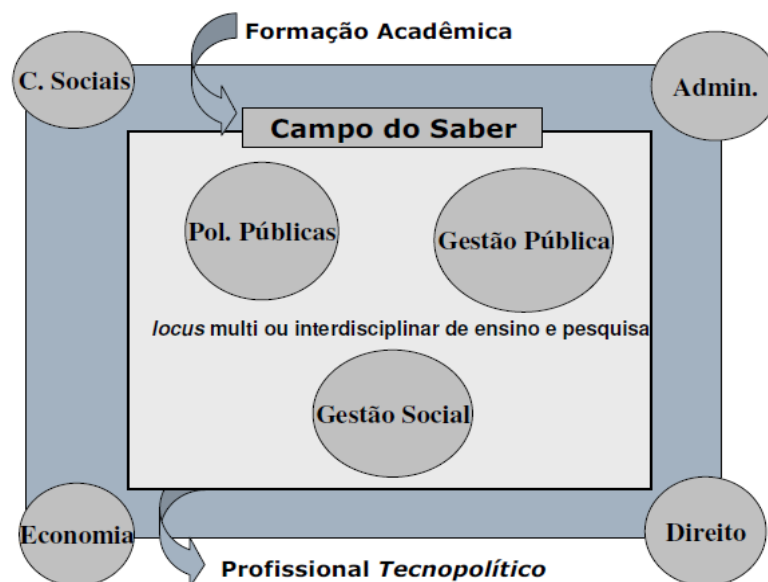


Figura 2 – Caracterização do Campo de Públicas  
Fonte: Carta de Balneário Camboriú, 2010.

A aprovação por unanimidade do Parecer CNE/CES 266, em 10 de dezembro de 2010, que trata da deliberação sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública representa um importante passo na direção do reconhecimento da Administração Pública enquanto um campo próprio de conhecimento.

Ocorre que o parecer encontrou resistência. Em 29 de novembro de 2010, o presidente da Associação nacional dos cursos de Graduação em Administração (ANGRAD), Mauro Kreuz, e o presidente do Conselho Federal de Administração (CFA), Sebastião Luiz de Mello protocolaram no Conselho Nacional de Educação (CNE) recurso contra a decisão da Câmara de Educação Superior (CES), que aprovou o Parecer nº 266 de 2010, argumentando que DCNs específicas para os cursos de Administração Pública poderiam gerar uma fragmentação da carreira de administrador e não seriam necessárias, por considerarem haver completa semelhança no perfil desejado, na organização curricular e nos conteúdos de formação básicas nas diretrizes curriculares dos dois cursos.

Após muitas reuniões e várias formas de manifestação dos envolvidos na luta pelo reconhecimento das especificidades dos cursos do Campo de Públicas, o recurso foi considerado improcedente, abrindo espaço para a homologação do Parecer 266 de 2010. Assim, em 19 de dezembro de 2013 o parecer foi homologado e em 13 de janeiro de 2014 é publicada a Resolução nº 1, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Administração Pública. Essa foi uma grande conquista do movimento e um importante passo na direção do reconhecimento da Administração Pública enquanto campo próprio de conhecimento e do administrador público como um profissional com identidade própria e características que o diferenciam do administrador de empresas.

Para um mapeamento do número de cursos oferecidos pelo Campo de Públicas, foi realizada uma consulta à plataforma e-MEC<sup>9</sup>, em 10 de dezembro de 2012. Foram encontrados 226 cursos diretamente relacionados ao campo de formação de gestores públicos, autorizados pelo MEC. A partir dos dados fornecidos o Quadro 1 foi organizado.

---

<sup>9</sup> O e-MEC é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil. (BRASIL, 2014).

Quadro 1- Quantitativo dos cursos de graduação do Campo de Públicas autorizados pelo MEC em 2012

Nome do curso de graduação	Total de cursos	Modalidade presencial	Modalidade à distância	Grau		
				Bacharel	Tecnológico	Sequencial
<b>Administração Pública</b>	64	37	27	63	1	-
<b>Gestão Pública</b>	152	130	22	3	144	5
<b>Políticas Públicas<sup>10</sup></b>	10	10	-	10	-	-
<b>Gestão de Políticas Públicas</b>	(5) <sup>*11</sup>	(5)*	-	(5)*	-	-
<b>Total</b>	226	177	49	76	145	5

Fonte: Sistema de Regulação do Ensino Superior (e-MEC) 2012.

Do total de 226 cursos autorizados pelo MEC em 2012, 60 são presenciais e 49 à distância. Apesar de o ensino presencial ainda ter o maior número de cursos, o ensino à distância ocupa posição de destaque, se for considerado que o primeiro curso de Administração Pública, de acordo com dados do Censo 2000 – 2011 teve início em 2004, ou seja, houve um crescimento acentuado. Outro destaque é para o grau de tecnólogo em Gestão Pública que compreende mais da metade do total de cursos de graduação do Campo de Públicas, autorizados pelo MEC em 2012.

Apesar das comemorações dos integrantes do movimento pela aprovação das DCNs dos cursos de graduação em Administração Pública, o grupo reconhece que ainda há muito a ser feito. A começar pelo nome das DCNs que, de acordo com o grupo, deveriam fazer referência ao Campo de Públicas e não apenas à Administração Pública. Mas a possibilidade de alteração ou ajuste do nome das DCNs já está sendo articulada. A questão das avaliações dos cursos é outro ponto fundamental na agenda do movimento. Ela está sendo amplamente discutida no *blog*, e compõe a pauta de reivindicações para que os avaliadores designados pelo INEP, órgão responsável pelo processo de credenciamento e avaliação dos cursos de graduação, tenham conhecimento das novas diretrizes e sejam sensíveis às questões relacionadas à formação de gestores públicos.

<sup>10</sup> No caso dos cursos de Políticas Públicas e Gestão de Políticas Públicas, a busca na plataforma e-MEC inclui na resposta cursos variados como: Ciências Sociais, Políticas Públicas, Domínio Adicional em Gestão e Avaliação em Políticas Públicas, Economia Empresarial e Controladoria em Habilitação em Ciências Econômicas – ênfase em políticas Públicas, gestão de Políticas Públicas. Dos dez cursos que figuram na relação, cinco deles também aparecem na relação dos cursos de Gestão de Políticas Públicas.

<sup>11</sup> Os cursos de graduação de Gestão de Políticas Públicas aparecem também quando a busca é pelos cursos de graduação em Políticas Públicas. Assim, não devem ser somados novamente.

É oportuno esclarecer que, apesar dos acontecimentos recentes relativos à aprovação das novas DCNs, almejadas pelo movimento, esta pesquisa direciona-se para o entendimento do processo de constituição do movimento. Assim, não se dedicará à análise das novas DCNs, que poderão constituir objeto de pesquisa e aprofundamento em estudos futuros.

Considerando-se a trajetória da administração pública brasileira desde a tentativa de estruturação a partir de 1930, passando pela institucionalização da profissão em 1965, chegando aos dias atuais como uma profissão que volta a despertar interesse do público e dos governos, a Administração Pública brasileira vive hoje um período de revigoração e reestruturação. O movimento Campo de Públicas expressa bem esse período singular de constituição da administração pública brasileira a partir de referenciais próprios.

Na sequência será apresentado o referencial teórico sobre a ciência administrativa e sobre identidade, que embasará a discussão sobre a constituição do movimento Campo de Públicas.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo está estruturado em duas seções, sendo a primeira dos referenciais da ciência administrativa e a segunda dos referenciais da psicologia social sobre identidade. A primeira seção destina-se à revisão sobre a ciência administrativa, suas origens e as habilidades e competências necessárias ao administrador presentes em artigos e na legislação educacional que normatiza os cursos de graduação em administração e que condicionam a identidade pressuposta de administrador. A partir desses referenciais, pretende-se discutir os elementos fundamentais que estabelecem a identidade pressuposta do administrador, ou seja, a ideia difundida de como deve ser e agir um administrador.

A segunda seção dedica-se ao estudo sobre identidade e à busca de conceitos que orientem a compreensão dos processos de constituição das identidades. Essa seção do referencial teórico parte da origem do conceito de identidade, chegando à psicologia social que apresenta contribuições significativas para o entendimento dos mecanismos envolvidos na constituição das identidades individuais e coletivas.

#### 3.1 REFERENCIAIS DA CIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Para que se possa analisar a constituição do movimento Campo de Públicas, objetivo mais amplo desta pesquisa, torna-se necessário pensar a administração a partir de suas origens. Nesse sentido, a obra de Taylor (1911) destaca-se como referência. Apesar de mais de um século transcorrido desde a sua publicação, seus princípios continuam influenciando a literatura, os currículos e o funcionamento das organizações. O autor apresentou quatro princípios considerados fundamentais para a ciência administrativa. São eles: i) princípio do planejamento testado e racionalizado, ii) princípio do preparo dos trabalhadores, treinando cada um de acordo com suas aptidões, iii) princípio do controle, para verificar se a metodologia ensinada está sendo seguida e, por último, iv) o mecanismo de execução com a distribuição de parcelas do trabalho para cada trabalhador.

Os princípios apresentados por Taylor (1911) estão diretamente relacionados à visão tecnicista e fragmentada do trabalho, a qual desconsidera a existência de conflitos. É como se todos os envolvidos no processo de produção tivessem sempre os mesmos objetivos e as classes sociais e a hierarquia fossem naturais. É a neutralidade técnica e a naturalização das

estruturas e dos processos de produção negando a existência das questões políticas e dos conflitos.

Muitas foram as críticas direcionadas à teoria de Taylor, de modo especial à questão da fragmentação do trabalho e da exploração do trabalhador de forma exaustiva. Mas, não há como negar que seus princípios causaram uma revolução na produção. Embora adequações tenham sido feitas, os princípios da administração científica continuam presentes nas práticas administrativas.

Para Denhardt (2012) a ciência defendida por Taylor representa uma técnica e um mecanismo de produção na qual os gestores passam a serem necessários para projetar, conduzir experimentos, descobrir técnicas eficientes, treinar e supervisionar os trabalhadores.

Seguindo na mesma linha de aprimoramento técnico da Administração Pública, nas tendências iniciais dos estudos em administração pública, há uma preocupação de que a política não interfira nas decisões da administração pública e na implementação de políticas públicas. Segundo Wilson (1887) a administração se encontra fora da esfera própria da política, ainda que a política determine as tarefas da administração. A distinção entre política e administração defendida por Wilson (1987) é explicada nas palavras de Denhardt (2012, p.61), “no domínio político, devia-se debater questões e tomar decisões sobre os rumos da política pública; no domínio da administração, devia-se implementar políticas por meio de uma burocracia neutra e profissional. O mesmo autor ainda esclarece que não parece haver uma distinção muito nítida entre política e administração e que a dicotomia nunca foi tão delineada quanto gostariam de acreditar muitos comentaristas posteriores. Assim, administração e política nunca estiveram verdadeiramente separadas, aliás a administração apresenta mais efetivamente um caráter interdisciplinar e envolvimento com várias outras áreas de formação e atuação.

De acordo com Ésther (2007), o capitalismo industrial está relacionado à necessidade da figura do gerente, que será aquele que vai gerenciar a empresa. Para Drucker (1981), a empresa não existe por si só. Segundo o autor a empresa decide, age e funciona na pessoa dos seus administradores ou gerentes. Motta (1997) esclarece que a expressão gerência originou-se da área privada e relaciona-se ao papel dos gerentes ou executivos de executar ordens dos diretores ou proprietários das empresas. Assim, ao se referir à ação gerencial e ao aprendizado gerencial, o autor está se referindo ao administrador. O autor ainda acrescenta que, além dos conhecimentos teóricos, o aprendizado sobre a gerência deve incorporar os ensinamentos pela prática. A experiência gerencial é valiosa.

Em uma perspectiva crítica de análise das ações dos indivíduos nas organizações produtivas, Serva (1997) esclarece que a busca pelo sucesso individual, despreendido da ética, é típico da razão instrumental, que, de acordo com Guerreiro Ramos (1989), é a base da sociedade de mercado, que não considera aspectos da vida humana, como a realização pessoal dos indivíduos. O autor propõe uma abordagem ampla da teoria das organizações, que incluiria a razão substantiva, por meio da qual o indivíduo poderia conduzir a sua vida para a autorrealização e para a emancipação. Em relação à razão instrumental, diretamente relacionada às organizações formais, o autor afirma: “Ao contrário das organizações substantivas, as organizações formais são fundadas em cálculos e, como tal, constituem sistemas projetados, criados deliberadamente para maximização de recursos.” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.125).

Contudo, Serva (1997) alerta que a abordagem substantiva proposta por Guerreiro Ramos, apresenta caráter puramente conceitual e que, apesar das críticas direcionadas à razão instrumental, ainda não existiam propostas baseadas na abordagem substantiva que tenham avançado sobre as práticas administrativas, ficando restritas ao prisma conceitual.

Avançando na análise do pensamento organizacional, Tenório (2012) alerta para alguns dos problemas acarretados pela influência do mercado sobre a sociedade que cultua a conduta burguesa e reproduz seus valores. Segundo o autor, o trabalhador é uma força manipulada pelo capitalismo e, ainda que o pensamento organizacional tenha alterado sua forma de se dirigir ao trabalhador, os princípios ainda são os mesmos. Se no pensamento organizacional que parte de Taylor (1911) bastava o trabalhador ser treinado e especializado, e se nos dias de hoje ele passou a ser um colaborador, ainda assim, segundo Serva (1997), o trabalhador ao longo de sua vida como assalariado, deixa de ser o sujeito de suas ações para ser conduzido pelo ritmo das máquinas, das normas e dos métodos produtivos. É essa consciência que, segundo o autor, falta para aqueles profissionais que, “não sendo donos do capital, são travestidos pelos sistemas de ensino como se o fossem.” (TENÓRIO, 2012, p. 14).

Para Tenório (2012), ao não se assumirem como trabalhadores, como assalariados, os administradores, gerentes e dirigentes acabam por alienar-se, vivendo a contradição de não serem os donos do capital e agirem como se o fossem, tomando e executando decisões em função do mercado.

Relacionando a influência do mercado e a busca incansável pelo sucesso, Ituassu e Tonelli (2012) questionaram a noção de sucesso como algo a ser perseguido a qualquer custo e da total responsabilização do indivíduo pelos resultados, o qual, assim pensando, deve buscar um estilo combativo, competitivo e individualista, considerando as estruturas sociais

como se elas fossem naturais e imutáveis. Partindo desses princípios o sucesso passa a ser algo a ser conquistado unicamente pelo esforço individual, e a única forma de ascensão e mobilidade individual.

Alinhada a esse pensamento de busca pelo sucesso, a indústria *pop-management*<sup>12</sup> encontra espaço para crescer e influenciar a população em geral e os estudantes de administração de modo particular. Segundo Wood Jr. e Paes de Paula (2006), essa mídia popular de negócios valoriza e dissemina ideias, com práticas gerenciais de baixo nível de reflexão e crítica, na maioria importadas dos Estados Unidos, identificando problemas e indicando as soluções, dramatizando e teatralizando a realidade empresarial. Ainda a respeito do fenômeno da literatura popular em gestão, Toledo (2006), que estudou a influência das políticas e práticas de gestão voltadas para a competição, a autonomia, a criatividade e responsabilização pelos próprios resultados, concluiu que, na busca pelo reconhecimento os indivíduos passam a agir em função do mercado e da própria organização, perdendo a autonomia sobre a sua identidade, pois, para ter sucesso. o indivíduo precisa adotar atitudes determinadas pela organização e não por referenciais próprios.

O crescimento da literatura popular em gestão tem sido expressivo e seus efeitos podem ser percebidos, inclusive, na confusão que ela vem causando na percepção de alunos de curso de administração, que, segundo Carvalho *et al* (2010), apresentam dificuldades em distinguir um livro de autoajuda, um esotérico e um de literatura *pop-management*. E, em termos de formação acadêmica, a constatação da pesquisa é preocupante a ponto de os autores alertarem que a formação de futuros administradores pode estar gravemente ameaçada.

Em termos legais, a referência que normatiza os cursos de graduação em administração é a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, que estabelece as DCNs do curso de graduação em administração e que define os parâmetros que as instituições de ensino superior devem seguir para que seus cursos possam ser bem avaliados e reconhecidos. Apesar de deixar a critério de cada instituição como será a estrutura do curso e como ele será oferecido, a resolução estabelece o perfil do egresso, as habilidades e competências esperadas desse profissional e os conteúdos que deverão ser abordados durante o curso.

Em relação ao perfil desejado do formando em administração, espera-se que esse profissional seja capaz de compreender questões científicas, técnicas, sociais e econômicas. Segundo Saraiva (2011), em seu estudo sobre a educação superior em Administração no Brasil, a maioria dos cursos não vai além da formação técnica e científica, mais técnica que

---

<sup>12</sup> Pop-management é uma tipo de literatura voltada para as questões, ansiedades e dilemas dos profissionais da administração (WOOD JR.; PAES de PAULA 2006).

científica, uma vez que o número de administradores aptos para a pesquisa é restrita, sendo a maioria desses administradores egressos das universidades federais.

Conforme Saraiva (2011), a dimensão humana da formação do administrador se perde em um curso voltado para a técnica e para a instrumentalização. Em relação às questões sociais e econômicas, o autor acrescenta que o empreendedorismo remete ao individualismo e à responsabilização do próprio indivíduo pela sua carreira, despolitizando as relações de trabalho.

Como reflexão sobre a formação de administradores, Fischer *et al* (2006, *apud* SARAIVA, 2011, p. 47) afirmam, “O conservadorismo na formação de administradores, perpassa o contexto, e estabelece um padrão profissional mais comprometido com a preservação de valores e com uma visão de manutenção do passado do que com a inovação, a flexibilidade e rapidez do futuro”.

Em termos das habilidades e competências estabelecidas pelas DCNs, análise de Saraiva (2011) deixa claro o distanciamento entre a formação ampla pretendida e o caráter tecnicista que predominou no texto legal, que deixa pequena margem à formação crítica e humanística. Neste sentido Tenório (2012) faz um alerta para uma crise silenciosa em termos de educação *que*, segundo o autor passa por uma “desumanização” *que* ocorre pela ausência de conteúdos voltados à formação humana *que* foram substituídos por conteúdos *que* vão instrumentalizar os alunos e prepará-los para o mercado. Nesse contexto qual o espaço que resta à formação tecnopolítica? Como formar um administrador público a partir de tais parâmetros legais e de tal apelo mercadológico? Ao que tudo indica tal empreendimento, ou seja, formar um administrador público a partir da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, comporta uma séria contradição, a de estabelecer a formação de gestores públicos tecnopolíticos segundo diretrizes meramente instrumentais.

Retomando o objetivo inicial da análise dos referenciais da ciência administrativa, que é discutir a identidade pressuposta de administrador, a partir das contribuições de Taylor, Serva, Guerreiro Ramos, Tenório, Ituassu e Tonelli, Carvalho, Wood Jr. e Paes de Paula, Saraiva e da análise da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, é possível perceber que as diretrizes hegemônicas da administração apontam na direção de um profissional altamente produtivo, competitivo, individualista, alinhado ao mercado e ao capital, que se atualiza constantemente e busca o sucesso. Percebe-se uma lacuna em relação à formação humanística, acadêmica, crítica, política e social. Predomina a técnica e a busca pelos resultados e pela eficiência.

## 3.2 REFERENCIAIS SOBRE IDENTIDADE

Para maior detalhamento, esta seção foi subdividida em duas subseções. A primeira destina-se a apresentar a origem do conceito de identidade. A segunda trata da identidade à luz da psicologia social e expõe suas contribuições para a compreensão do processo de constituição de identidade individuais e coletivas.

### 3.2.1 As origens do conceito de identidade

Caldas e Wood Jr. (1997) esclarecem que o termo identidade tem sua origem no latim, a partir dos vocábulos *idem e identitas* que significam *o mesmo* e do vocábulo *entitas* que significa entidade. Então é possível dizer que identidade poderia significar a mesma entidade.

A utilização do termo identidade é bastante antiga e está relacionado à lógica segundo a qual uma entidade é idêntica a si mesma, ou seja,  $X$  é sempre igual a  $X$ . “Na álgebra, diz-se existir a identidade quando duas expressões são representadas pelo mesmo número.” (CALDAS; WOOD JR., 1997, p. 8).

Hall (2006) apresenta o conceito de identidade sob o ponto de vista da concepção de sujeito, ou seja, a identidade individual. O autor distingue três diferentes concepções de identidade a partir dos conceitos de sujeito do Iluminismo, do sujeito Sociológico e do sujeito Pós-moderno. Na concepção de sujeito do Iluminismo, a pessoa é percebida como um indivíduo totalmente centrado, unificado e dotado de capacidade de razão, de consciência e de ação. O autor destaca que a essência do sujeito do Iluminismo era sua identidade, que já nascia com o sujeito e, em essência, permanecia com ele. O sujeito do Iluminismo era marcadamente individualista e usualmente descrito como masculino.

A noção de sujeito sociológico surge com a modernidade e, de acordo com Hall (2006), essa noção reflete a consciência de que a identidade não é totalmente autônoma e independente e, sim, formada a partir das relações que o sujeito estabelece com os outros. O autor ainda esclarece que esta concepção de identidade preenche o espaço entre o interior e o exterior, entre o que ele chama de mundo pessoal e mundo político. A identidade na concepção sociológica é construída a partir dos elos que se estabelecem entre o sujeito e as estruturas nas quais ele está inserido.

Argumenta-se que são exatamente essas coisas que estão “mudando”. O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando

fragmentado; composto não de uma, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas. Correspondentemente, as identidades que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, com resultado de mudanças estruturais e institucionais. (HALL, 2006, p. 12).

Segundo Hall (2006), a velocidade das mudanças na modernidade torna o processo de identificação mais problemático e instável. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, cuja identidade é formada e transformada continuamente. “As transformações associadas à modernidade libertaram os indivíduos de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas” (HALL, 2006, p. 25).

Ocorre que o sujeito concebido pelo Iluminismo como um ser dotado de uma identidade unificada e estável passa por um processo de fragmentação. Essa fragmentação, de acordo com Hall (2006), estaria ocorrendo, pois o indivíduo formado não por uma única identidade, mas sim por várias recebe as influências do mundo em transformação e passa a assumir diferentes identidades que se encontram em constante construção e transformação.

Giddens (2002 *apud* HALL, 2006) entende a globalização como um aspecto marcante na construção das identidades nas sociedades modernas. Trata-se de um fenômeno dialético que envolve redes de comunicação com velocidades e amplitude capazes de proporcionar interações entre muitos sujeitos em diferentes lugares do mundo. O ritmo e a velocidade com que essa comunicação ocorre interferem na construção da identidade dos sujeitos da pós-modernidade, bem como nas relações sociais que se ampliaram, globalizando-se. Dessa forma, “[...] à medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra.” (GIDDENS, 1990, p. 6).

Hall (2006), ao tratar das consequências políticas da fragmentação ou “pluralização” das identidades, relata a complexidade do jogo das identidades. Em consonância com os conceitos das ciências sociais sobre identidade, adotados por Hall (2006), que considera a importância dos contextos nos quais as identidades são construídas, encontramos a psicologia social definida por Bock (2008) como um conjunto e produções capazes de, ao mesmo tempo em que vão construindo a realidade social, construir também o indivíduo. A autora define identidade como a denominação dada às representações das ideias e sentimentos que o indivíduo desenvolve a respeito de si próprio, a partir do conjunto de suas vivências. Além das particularidades das experiências vividas, a definição contempla a representação que cada indivíduo constrói a partir de sua própria história. Assim, indivíduo deixa de ser algo estático

e acabado, para ser um processo contínuo de representações de seu “estar sendo” no mundo. (BOCK, 2008, p. 188).

Para Machado (2003), o estudo da identidade envolve múltiplos níveis de análise podendo ser destacados os níveis: pessoal e o social. Essa é a primeira classificação a que normalmente os estudiosos do assunto recorrem para distinguir o fenômeno em seus níveis de percepção. A autora afirma que a “identidade pessoal está ligada a uma construção individual do conceito de si, enquanto a identidade social trata do conceito de si a partir da vinculação da pessoa a grupos sociais”. (MACHADO, 2003, p. 53). Ainda esclarece que construir a própria identidade é um constante desafio na busca do equilíbrio entre aquilo que se é e o que os outros esperam que sejamos. Nas palavras da autora, “embora exista em cada indivíduo um senso de individualidade, a construção do autoconceito é inseparável do outro; portanto as experiências de socialização constituem o principal referencial para formação das identidades.” (MACHADO, 2003, p. 54).

Considerando a amplitude e complexidade do termo identidade e as muitas possibilidades de aplicação, neste estudo optou-se por adotar os referenciais da psicologia social, por considerar seus princípios convergentes com os propósitos desta pesquisa. Em outras palavras, levando em conta que interessa à psicologia social, segundo Bock (2008) compreender os fenômenos sociais partindo da análise da subjetividade<sup>13</sup> construída e modificada de acordo com a atuação dos sujeitos e as relações que estabelecem entre si e com o mundo, é possível estabelecer uma relação de afinidade com a busca de compreensão da constituição do campo de públicas.

### 3.2.2 Identidade à luz da psicologia social

A noção de identidade, para a psicologia social, está diretamente relacionada à ideia de processo contínuo e que se constitui a partir das relações que se estabelecem.

O trabalho de Jovchelovitch (2004, p. 21) apresenta uma importante contribuição ao destacar a psicologia social como a ciência do “entre”.

A psicologia social é, no meu entendimento, a ciência do “entre”. Isso significa dizer que o lugar privilegiado do inquérito psicossocial não é nem o indivíduo nem a sociedade, mas precisamente aquela zona nebulosa e híbrida que comporta as relações entre os dois. O foco no “entre” é, obviamente um dispositivo teórico, já

---

<sup>13</sup> Segundo Bock (2008) subjetividade é o mundo das ideias, significados e emoções construído internamente pelo sujeito, a partir de suas relações.

que empiricamente nos deparamos com instancias objetivadas produzidas pelo espaço relacional que constitui o “entre”.

Ao adotar a psicologia social com referencial para o estudo da constituição do Campo de Públicas, o espaço do “entre” ganha importância ao se destacar como nível meso de análise. Para fins de estudo, serão considerados como nível macro de análise a sociedade e os condicionantes gerais já instituídos, os quais norteiam as condutas dos indivíduos em nível micro.

Considerando a contribuição de Jovchelovitch (2004), além dos níveis micro e macro, será inserido na análise o nível meso, ou seja, o “entre”, que seria o espaço privilegiado onde, segundo a autora, a categoria identidade seria produzida. A autora afirma que “este espaço constitui o objeto específico do inquérito psicossocial e é o entendimento detalhado deste espaço que a psicologia social pode oferecer a um diálogo interdisciplinar.” (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 21). Assim, o espaço meso será explorado na busca de se conhecer a identidade em formação do Campo de Públicas. Pertence a esse espaço meso a noção de personagem e identidade pressuposta, que conecta os níveis macro e micro. Sendo o nível meso produto do macro e condicionado pelo micro, a exploração desse nível, o meso, será feita com base na observação das entrevistas e de sua análise.

A concepção de identidade como um fenômeno social é encontrada em inúmeros autores como Ciampa (1987, 1994), Caldas e Wood Jr. (1997), Freitas (2006), Hall (2006), Bock (2008) e Martins (2013). Dentre eles encontram-se Fernandes e Zanelli (2006), que estudaram o processo de construção das identidades dos indivíduos nas organizações. Eles apresentaram a identidade como um fenômeno social, que se constrói a partir das relações que se estabelecem entre os indivíduos, entre os grupos e o ambiente. Para os autores a função do grupo é a definição dos papéis e, assim, o grupo é que passaria a definir a identidade social do indivíduo. No mesmo sentido, Goffman (2008) aborda a função do papel social na representação do indivíduo diante daqueles que o observam e influenciam, ou seja, a representação do papel pelo indivíduo ocorre a partir das interações que se estabelecem.

Caldas e Wood Jr (1997) apresentam uma síntese do estudo sobre identidade, organizada em seis agrupamentos. O primeiro reúne estudos pioneiros sobre identidade individual e psicanálise. O segundo abrange estudos clássicos e contemporâneos sobre psicologia social, identidade individual e identidade grupal introduzindo o conceito de identificação<sup>14</sup> e a concepção de identidade como um fenômeno social. O terceiro

---

<sup>14</sup> Para Ciampa (2004), a identidade pode ser entendida como o próprio processo de identificação.

agrupamento, que deriva do primeiro, incorpora conotações de identidade usadas pela psicologia social e passa a rever os conceitos de identidade organizacional e sugerir que organizações também possuem uma identidade. O quarto agrupamento refere-se à forma pela qual a organização percebe a si mesma e, para tanto, abrange conceitos de identidade individual, grupal e organizacional. O quinto discute o conceito de identidade de forma mais instrumental, ligada à imagem corporativa. O sexto e último agrupamento compreende pesquisas conceitos de identidade em nível macro.

A partir do estudo desenvolvido, Caldas e Wood Jr.(1997) elaboraram um quadro conceitual que permitiu aos autores observarem que a pesquisa sobre identidade segue um caminho do individual para o coletivo e da observação interna para a observação externa. Ao quadro inicialmente elaborado à luz de duas dimensões (a dimensão do objeto focal (identidade de quem?) e a dimensão da observação (interna ou externa)), os autores acrescentaram uma terceira dimensão, a da definição da identidade, e questionam o próprio conceito de identidade como algo central, distintivo e duradouro. De acordo com os autores, o “trajeto realizado mostra que o conceito de identidade, entendido de forma complexa e integrada, é fundamental para a compreensão de fenômenos organizacionais.” (CALDAS; WOOD JR., 1997, p. 17).

Ao analisar o quadro conceitual de Caldas e Wood Jr. (1997), Martins (2013) afirma que a dimensão da definição de identidade possibilita o entendimento da identidade como algo fragmentado, não distintivo e efêmero, sendo também uma resposta que emerge a partir de uma coletividade.

Ainda no campo de estudo da identidade, Ciampa (1987, 1994) desenvolveu um trabalho de pesquisa que representa uma referência para muitos outros trabalhos que se dedicaram a investigar a temática da identidade. Segundo o autor, identidade é metamorfose. Para chegar a essa afirmação, ele desenvolveu um trabalho de pesquisa social que culminou em sua tese de doutorado, de 1987, na qual o autor relata a história de dois personagens que servem de reflexão para compreensão da identidade como algo construído, desconstruído e em constante reconstrução, a partir das relações que se estabelecem e das escolhas feitas.

De acordo com Ciampa (1994), a resposta à pergunta “quem sou eu?” será uma representação da identidade. Dito de outra forma, o nome constitui não a identidade, mas sua representação. O autor afirma que, ao representarmos a identidade é frequente a utilização de predicções substantivas, ou seja, a atividade “coisifica-se”. As predicções são papéis, atividades padronizadas e o indivíduo passa a ser aquilo que ele faz no mundo e em sua

relação com os outros. “Nós somos nossas ações, nós nos fazemos pela prática.” (CIAMPA, 1994, p. 64).

Ciampa (1994) alerta para a complexidade do fenômeno da constituição das identidades, que devem ser vistas como um processo constante, e não como sendo resposta, que uma vez dada se esgota como um produto, produzido, pronto. Desta forma a identidade perderia seu caráter histórico e se aproximaria da noção de mito, capaz de prescrever a conduta correta, adequada àquela identidade, por ele chamada de identidade pressuposta.. Decorre disso a expectativa generalizada de que alguém se comporte de acordo com o que é: um professor, um lavrador, um administrador. A manutenção dessas identidades pressupostas mantém também as estruturais sociais que foram postas, conservadas como identidades produzidas.

O conceito de identidade pressuposta apresentado por Ciampa (1987, 1994) é fundamental para a análise que essa pesquisa pretende empreender. Assim, no âmbito dessa pesquisa, compreende-se por identidade pressuposta aquela construída em um nível além do micro, além do indivíduo, e que é a ele apresentada a partir das relações que se estabelecem.

Ciampa (1994) afirma que não é possível separar o estudo da identidade do indivíduo do estudo da própria sociedade. A cada diferente configuração de ordem social, outras possibilidades de configuração de identidade são criadas. “Diferentes momentos históricos podem favorecer ou dificultar o desenvolvimento dessas possibilidades de humanização do homem [...]”. (CIAMPA, 1994, p. 68). O autor sugere a realização de uma ampla pesquisa empírica que busque o pano de fundo do problema da identidade do homem moderno, que, segundo o autor consistiria na cisão entre o homem e a sociedade, o que faria com que o indivíduo não mais se reconheça como humano, nem a si, nem aos outros. Como contribuição para a superação do problema identificado, o autor sugere um engajamento:

[...] em projetos de coexistência humana que possibilitem um sentido da história como realização de um porvir a ser feito com os outros. Projetos que não se definam aprioristicamente por um modelo sociedade e de homem (...) mas projetos que possam tender, convergir ou concorrer para a transformação real de nossas condições de existência, de modo que o verdadeiro sujeito humano venha à existência. (CIAMPA, 1994, p.73-74).

A realização de tais projetos, segundo o próprio autor, para ser coerente com os propósitos, deverá ser feita coletivamente, sem verdades prontas e absolutas que poderiam transformá-los em projetos anti-históricos, anti-democráticos e, conseqüentemente, anti-humanos. As reflexões e afirmações de Ciampa (1987, 1994) direcionam o entendimento do tema identidade para além de questões teóricas, pois a teoria apresentada pelo autor dialoga com a realidade concreta e relaciona-se com as condições nas quais os indivíduos atuam e

constroem e reconstroem suas identidades. Para o autor, trata-se mesmo de uma questão política “pois ela está imbricada tanto na atividade produtiva de cada individuo quanto nas condições sociais e institucionais onde essa atividade ocorre.” (LANE, 1987, p. 12 *apud* CIAMPA, 1987). Segundo a autora, que fez o prefácio da tese de Ciampa, transformada em publicação, a identidade assume caráter político ao se questionar sobre as possibilidades que permitimos a nós e aos outros e assim nos transformarmos e nos recriarmos.

No processo dinâmico da constituição das identidades, Ciampa (1987, 1994) apresenta a categoria *personagem* como uma representação empírica da identidade. O personagem representa muitos papéis num drama social que, segundo o autor, é construído coletivamente. Esse personagem aparece a partir da narrativa, ou seja, do discurso. De acordo com o personagem e os papéis que ele desempenha, espera-se que ele se comporte como tal, que assuma determinada identidade, que seria a assimilação da identidade pressuposta. Mas existem outras possibilidades de atuação do indivíduo podendo ele negar tal identidade ou ainda continuar num processo de re-posição, ou seja, naturalizando-a ou, como esclarece Ciampa (1987), mantendo-se na mesmice de si e, com isso, impedindo a transformação, “paralisando o processo de identificação pela reposição das identidades pressupostas, que um dia foram postas.” (CIAMPA, 1987, p. 68).

Assim, em Ciampa (1987, 1994), temos que o fenômeno de constituição da identidade, que é relacional e contínuo, passando por processos marcados por: assimilação, re-posição ou negação da identidade pressuposta. Essa atividade de assimilar, repor ou negar é expressa através da categoria personagem que, segundo o autor, é a representação empírica da identidade. A partir desse posicionamento do indivíduo frente a identidade que lhe é atribuída, é que a identidade individual se constrói e que novas identidades individuais e coletivas são construídas.

Analisando as relações sociais e o comportamento humano, Goffman (2008, p. 29) também utiliza linguagem relacionada ao teatro, como o termo *representação* para se referir a “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores [...]”.

Outra semelhança que pode ser percebida através da leitura de Ciampa (1987, 1994) e Goffman (2008) refere-se à utilização do termo personagem pelo primeiro como a representação empírica da identidade e para o segundo o termo “fachada” como “o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconsciente empregado pelo indivíduo durante sua representação.” (GOFFMAN, 2008, p. 29).

Para tratar da constituição do movimento Campo de Públicas alguns autores que estudam os movimentos sociais apresentam contribuições significativas para a discussão de como essas identidades podem se constituir.

Para Melucci (2006), a identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada criada por inúmeros indivíduos. Para Fernandes e Zanelli (2006), a identidade como fenômeno social é fruto dos diversos grupos de que fazemos parte a partir das relações estabelecidas entre os membros e deles com o ambiente onde vivem. Segundo Rosa e Mendonça (2011), a pluralidade e a mobilidade dos movimentos sociais influenciam na produção teórica tornando-a também dinâmica e plural.

Dentre um grande leque de teorias e inúmeras tentativas de se estudar e compreender os fenômenos sociais destacam-se duas abordagens teóricas distintas. A relacionada ao paradigma norte-americano, que possui “diferentes versões e explicações centradas nas estruturas das organizações” (GOHN, 2010, p. 14), e outra ligada ao paradigma europeu, que apresenta duas abordagens teóricas. A primeira, marxista centrada no estudo dos processos históricos globais e nas lutas e contradições de classes. A segunda relaciona-se aos Novos Movimentos Sociais (NMS) faz recortes da realidade para observar a política dos novos atores sociais. Segundo Gohn (2010) a partir da abordagem teórica dos NMS é possível identificar conceitos e noções analíticas tais como identidade coletiva.

Em Melucci (2006), encontramos que identidade coletiva é o processo de construção de um sistema de ação interativo e compartilhado, por um número de indivíduos que são atores que se integram, comunicam, se influenciam mutuamente, negociam e tomam decisões em uma rede de relacionamento. De acordo com Gohn (2010), Melucci é um dos fundadores do conceito de identidade coletiva, combinando a análise da subjetividade dos indivíduos com a análise da realidade política e do contexto histórico.

Na análise de Gohn (2010), o Estado não seria apenas monopólio da violência e de legitimação como pregam os marxistas mais ortodoxos. O Estado seria também um agente de transformações históricas a partir do momento que receba a influência de diferentes movimentos sociais. Dependendo da estrutura e permeabilidade desse Estado ele poderá constituir-se um agente social de reação e de transformação.

Para falar do poder da identidade, inicialmente Castells (2010) destaca a revolução tecnológica, a reestruturação do capitalismo e as redes de comunicação como fatores influentes da constituição das identidades. Aprofundando a compreensão sobre o tema, Castells (2010) entende por identidade o próprio processo de construção de significado baseado nos atributos culturais, podendo um indivíduo ou ator coletivo acessar identidades

múltiplas. O autor diferencia identidade de papéis, sendo os últimos definidos por normas estruturadas pela sociedade e a identidade como fontes mais importantes de significado do que os papéis. Enquanto as identidades relacionam-se com os significados os papéis relacionam-se às funções. Dessa forma, é possível compreender que a construção da identidade é um processo muito mais complexo.

Partindo da concepção de que toda e qualquer identidade é construída socialmente e ocorre em contextos marcados por relações de poder, Castells (2010) propõe uma distinção de formas e origens da construção de identidades, destacando a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto. A primeira introduzida pelas instituições dominantes e daria origem à sociedade civil. A segunda possibilitaria a resistência coletiva em casos de opressão através das comunas. E a terceira consistiria no processo de construção de sujeito que, mesmo constituído a partir do indivíduo, torna-se ator social e coletivo. Como cada identidade é construída a partir de processos diferenciados, cada processo resulta um tipo de sociedade. Vale esclarecer que identidades que surgem a partir de um processo de resistência podem acabar resultando em projetos ou mesmo tornarem-se dominantes, ou seja, passarem a condição de legitimadora. Essa dinâmica que envolve a construção das identidades deixa claro que muitos fatores interferem no processo que está em constante movimento.

As formas e origens da construção da identidade apresentadas por Castells (2010) serão adotadas como categorias de análise no estudo da constituição do Campo de Públicas. Ao tratar de identidade coletiva, Castells (2010) alerta para o avanço de expressões poderosas de identidade coletivas que desafiam a globalização e o cosmopolitanismo<sup>15</sup>. Essas identidades coletivas que resistem a globalização e ao poder econômico em função de suas particularidades e singularidade cultural interferem na constituição da própria sociedade. Ao se manifestarem, ainda que nem todos os objetivos sejam alcançados, o fato de se articularem e comunicarem à sociedade seus anseios já contribui para que novas concepções venham a ser pensadas.

Castells (2010) insere o discurso da construção política da identidade no contexto da sociedade em rede, que, segundo ele, está fundamentada na disjunção entre o local e o global, dificultando o planejamento reflexivo da vida. Segundo o autor,

Sob essas novas condições, as sociedades civis encolhem-se e são desarticuladas, pois não há mais continuidade entre a lógica da criação de poder na rede global e a lógica de associação e representação em sociedades e culturas específicas. Desse

---

<sup>15</sup> De acordo com o dicionário Aurélio da língua portuguesa, cosmopolitanismo é a atitude ou doutrina que prega a indiferença ante a cultura, os interesses e/ou soberanias nacionais, com a alegação de que a pátria de todos os homens é o Universo.

modo a busca pelo significado ocorre no âmbito da reconstrução das identidades defensivas em torno de princípios comunais. A maior parte das ações sociais organiza-se ao redor da oposição entre fluxos não identificados e identidades segregadas. (CASTELLS, 2010, p. 27).

Ao analisar os efeitos da globalização sobre a formação das identidades, Castells (2010) aponta uma nova forma de analisar os movimentos sociais e a própria participação da sociedade a partir de uma visão que considera o novo contexto da sociedade em rede. Ao passo que na modernidade a identidade de projeto foi construída com a participação da sociedade civil, na sociedade em rede a construção das identidades dos sujeitos capazes de empreender um novo projeto político depende das comunas ou comunidades, ou seja, das identidades construídas por aqueles indivíduos que se encontram em situação de desigualdade, pobreza e injustiça. Ou por aqueles que não compactuam com a situação e buscam participar do processo de transformação social.

A necessidade de um projeto político também é levantada por Lane (1994) que relaciona a questão da identidade ao engajamento em projetos de coexistência humana que permita a atitude participativa, sem inércia e apatia contemplativa. A construção de uma identidade coletiva está relacionada à participação política e ao envolvimento com as questões sociais.

Ciampa (1987) também aborda a questão da identidade coletiva, fundamentado em Habermas, afirmando que a identidade coletiva em sociedades complexas só seria possível de forma reflexiva e fundada em oportunidades iguais, em um processo de aprendizagem contínuo que ocorreria através de comunicações amplas, fluídas e sem modelos prontos.

Assim, a partir do estudo sobre identidade, as contribuições de Ciampa e Castells destacam-se como fontes fundamentais na análise da constituição do Campo de Públicas, sendo que Ciampa (1987, 1994) servirá de fundamentação para a análise do posicionamento dos integrantes em relação à identidade pressuposta de administrador e Castells (2010) subsidiará a busca da compreensão do processo de constituição do movimento.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo está organizado em três seções. A seção 4.1 apresenta o tipo de pesquisa e de coleta de dados empíricos. A seção 4.2 trata da análise dos dados e de seus procedimentos. A última seção, a 4.3, é destinada à exposição das categorias de análise.

### 4.1 TIPO DE PESQUISA E COLETA DE DADOS

Partindo do conceito de Gil (2010) sobre pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, que objetiva descobrir respostas para problemas, a pesquisa social pode ser definida como o processo que permite a obtenção de novos conhecimentos a partir da utilização do método científico. De acordo com o autor, a pesquisa social pode ser entendida como um processo que permite a obtenção de novos conhecimentos sobre a realidade social envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos.

Além disso, é possível definir a pesquisa aqui apresentada como um estudo exploratório, de natureza qualitativa que, diferentemente da pesquisa quantitativa, não pretende enumerar ou medir eventos. Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. A partir de dados descritivos obtidos no contato direto com a realidade observada, o pesquisador procura compreender os fenômenos pela ótica dos sujeitos envolvidos. De acordo com a autora,

Ao conceber a sociedade como um processo, o “interacionismo simbólico” entende que o indivíduo e a sociedade mantêm constante e estreita inter-relação e que o aspecto subjetivo do comportamento humano é necessário na formação e manutenção dinâmica do self social. (GODOY, 1995, p. 60).

Assim, a realidade torna-se uma construção humana, ao mesmo tempo individual e coletiva. Godoy (1995) considera que, do ponto de vista metodológico, a melhor maneira de captar a realidade é aquela que permite que o pesquisador perceba o mundo pelos olhos do outro, ou seja, que ele possa colocar-se na condição dos sujeitos que ele observa, para que possa melhor compreender os fenômenos sociais que está pesquisando.

A coleta de dados para o estudo exploratório foi feita através da pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Gil (2010), a pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica. A diferença refere-se às fontes, que, no caso da pesquisa bibliográfica, consistem na contribuição de diversos autores e, que no caso da pesquisa documental, consistem em materiais que, ainda não receberam tratamento analítico e que serão analisados de acordo com os objetivos da pesquisa. Nesta pesquisa os documentos que fizeram parte do estudo exploratório são as cartas e relatórios disponíveis no *blog* do Campo de Públicas<sup>16</sup>, bem como a legislação educacional referente à formação de administradores.

Baseando-se no referencial teórico sobre identidade e nos pressupostos da psicologia social, serão considerados, na pesquisa, três níveis de análise: o nível macro, que corresponde à sociedade e aos condicionantes gerais já instituídos e que norteiam as condutas; o nível micro, que corresponde ao próprio indivíduo e suas escolhas; e o nível meso, que corresponde ao espaço intermediário, aquele no qual se aplicam as contribuições da psicologia social, que defende ser possível nesse nível, o intermediário entre o micro e o macro, ter o contato com a representação da categoria personagem, ou seja, a representação empírica da identidade.

A exploração do nível meso possibilita a percepção do posicionamento dos entrevistados em relação à identidade pressuposta de administrador e como se deu o processo de construção da identidade de administrador. Esse contato com o nível meso foi realizado através das entrevistas com integrantes do Campo de Públicas.

O principal critério para seleção dos entrevistados foi a formação como bacharel em Administração. A escolha desse critério se deve ao fato de serem os profissionais com formação em administração os mais aptos a expressar seu posicionamento em relação à identidade pressuposta de administrador, tendo em vista a formação em Administração e dos desafios enfrentados por esses profissionais. Além da formação, foi adotada como critério de seleção amostral a participação destacada dos integrantes por meio de postagens no grupo do campo de públicas na internet ou a presença dos integrantes em eventos do Campo de Públicas.

Para a realização do levantamento dos possíveis entrevistados, foi feita uma checagem das listas de presença disponíveis dos eventos presenciais organizados pelo movimento do Campo de Públicas. Para informação, registra-se que o encontro de Balneário Camboriú, realizado em agosto de 2010, durante o IX ENEAP (Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública) e o encontro de Serra Negra, realizado em novembro de 2011, não

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://campodepublicas.wordpress.com/>>.

apresentam listas de presença nominais, mencionando apenas as instituições representadas. Assim, o levantamento da presença dos participantes foi feita a partir do encontro de Caxambu, realizado em outubro de 2010. Desde então, foram mais cinco encontros presenciais com listas de presença nominais: Brasília (novembro de 2011), Florianópolis (julho de 2012), Brasília (abril de 2013), Caeté (agosto de 2013) e em Matinhos (maio de 2014).

O levantamento apontou catorze possíveis entrevistados, aos quais as Cartas de Apresentação/Convite foram enviadas. A partir dos retornos recebidos, foram realizadas oito entrevistas que foram analisadas por meio da Análise de Conteúdo, metodologia que será explicada mais adiante.

O roteiro da entrevista foi elaborado a partir dos objetivos da pesquisa. Antes de enviar para o endereço eletrônico dos catorze integrantes selecionados, o roteiro foi aplicado na forma de pré-teste. O roteiro foi enviado a cinco integrantes. Quatro retornaram com observações e sugestões que contribuíram para o aprimoramento do instrumento de coleta de dados, ou seja, o roteiro de entrevistas.

Na versão final do roteiro, a entrevista inicia-se buscando conhecer o perfil do curso de cada entrevistado, a partir da natureza predominante dos conteúdos ministrados, as habilidades e as competências priorizadas, a origem da literatura utilizada, o campo e o objeto de reflexão predominante. Na sequência, apresentam-se os conceitos de identidade pressuposta e dos processos de assimilação, reposição e negação, baseados em Ciampa (1994). A partir da apresentação de tais conceitos, os entrevistados são questionados a respeito do seu posicionamento diante da identidade pressuposta de administrador.

Dando continuidade, a entrevista é direcionada para o tema central da pesquisa, que é a constituição do movimento Campo de Públicas, e o entrevistado é questionado sobre o que motivou o seu ingresso no movimento, os fatores que contribuíram para a constituição do movimento, o objeto de estudo e os referenciais teóricos e normativos do Campo de Públicas. Na parte final da entrevista são apresentadas as três formas de constituição de identidades coletivas: legitimadora, de resistência e de projeto, de acordo com Castells (2010). Em seguida, os entrevistados são questionados sobre a natureza fundamental da identidade do movimento Campo de Públicas.

## 4.2 ANÁLISE DOS DADOS

Como mencionado, as entrevistas foram analisadas por meio da Análise de Conteúdo. Segundo Bardin (2011), a Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das comunicações. A autora afirma que a Análise de Conteúdo não tem como fim estudar a língua, mas sim conhecer os elementos de natureza social e histórica que afetam a produção do texto. Em outros termos, a Análise de Conteúdo visa à determinação das *condições de produção* dos textos, que são seu objeto. O conceito *condições de produção* foi introduzido nos estudos das comunicações pela Análise do Discurso de linha francesa e diz respeito ao conjunto dos elementos de natureza social, ideológica, histórica que afetam a produção dos discursos/textos (BARDIN, 2011).

Martins (2009) explica que a Análise de Conteúdo é uma técnica para estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva e sistemática. Além disso, as condições de produção se identificam com o contexto de uma mensagem: locutor, interlocutor, papéis sociais assumidos por ambos, suporte da mensagem, objetivo da interação, momento histórico, etc. A importância desse conceito para a Análise de Conteúdo está no fato de que “O conjunto das condições de produção constitui o campo das determinações do texto” (BARDIN, 2011, p. 40).

Dessa forma, justifica-se a escolha pela Análise de Conteúdo na análise das entrevistas com integrantes do Campo de Públicas justamente por se buscar conhecer o que comunicam os sujeitos e o contexto no qual são apresentadas as ideias por eles defendidas.

A análise de conteúdo organiza-se em torno de três diferentes fases ou etapas:

### 1) Pré-análise

Segundo Bardin (2011, p. 125), “esta etapa possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.”

De acordo com a autora, essa fase pretende organizar a análise que será empreendida passando por uma leitura flutuante, pela escolha dos documentos a serem analisados, pela formulação de hipóteses e dos objetivos e pela preparação do material.

Nesta pesquisa, as ações realizadas nesta etapa foram:

- a) Elaboração de algumas categorias de análise a partir do referencial teórico;
- b) A elaboração da Carta de Apresentação/Convite e do Roteiro de Entrevista;

- c) O levantamento dos integrantes graduados em Administração, realizado a partir da lista de endereços eletrônicos do grupo e da consulta aos currículos na Plataforma Lattes. Foram identificados dezenove participantes ativos e graduados de Administração;
- d) O levantamento da participação de cada um dos dezenove participantes em relação ao número de postagens e da participação nos eventos presenciais do movimento, de acordo com as listas de presença dos eventos;
- e) A seleção de catorze integrantes com participação nos eventos presenciais e postagens para envio da Carta de Apresentação/Convite;
- f) A seleção dos cinco integrantes graduados em Administração, mas com menor número de postagens e de participações nos eventos, para participação na avaliação preliminar do instrumento de pesquisa, ou seja, para participação no pré-teste.
- g) Envio da avaliação preliminar do instrumento de pesquisa aos cinco integrantes selecionados;
- h) Recebimento e análise de quatro retornos da avaliação preliminar do instrumento de pesquisa;
- i) Revisão e reelaboração do roteiro de entrevista (APÊNCIDE A).

## 2) Exploração do material

Concluída a pré-análise, a exploração do material consistiu na aplicação sistemática das decisões tomadas na fase de pré-análise. O objetivo desta etapa é proceder à descrição do corpus<sup>17</sup> da pesquisa, ou seja, dos textos das entrevistas, com base em categorias de análise.

De acordo com Bardin (2011, p. 147), “A categorização é uma classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento [...]”. A autora ainda afirma que a escolha das unidades de registro, ou dos segmentos do textos a ser levados em conta na categorização, precisa estar coerente com os objetivos da pesquisa que as categorias devem ser pertinentes, tão exaustivas quanto possíveis, não demasiadas, precisas e mutuamente excludentes.

Nesta pesquisa, as ações realizadas nesta etapa foram:

---

<sup>17</sup> O corpus da pesquisa é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. (BARDIN, 2011, p.96)

- a) Envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>18</sup> (TCLE) aos catorze selecionados para a entrevista;
- b) Realização de oito entrevistas;
- c) Elaboração de novas categorias de análise, a partir do corpus, além daquelas elaboradas a partir do referencial teórico;
- d) Identificação das Unidades de Registro (UR);
- e) Criação dos códigos para localização das UR nas entrevistas;
- f) Distribuição das UR nas categorias de análise.

### 3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Nessa fase, considerada a mais importante para uma pesquisa os resultados da segunda etapa são explorados de maneira a tornarem-se significativos e válidos. “O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos – ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.” (BARDIN, 2011, p. 131).

Nesta pesquisa, a ação básica consistiu em produzir inferências a partir do confronto entre o referencial teórico e a análise descritiva realizada na precedente etapa.

Como a elaboração das categorias é uma etapa fundamental para a Análise de Conteúdo e como a terceira etapa da análise, em que são feitas as inferências, se baseia fortemente nelas, o próximo item é dedicado a explicar em detalhes cada uma das categorias utilizadas na pesquisa.

## 4.3 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para a realização da Análise de Conteúdo, as categorias de análise utilizadas foram elaboradas em dois momentos distintos. Primeiramente, foram elaboradas categorias de análise a partir do referencial teórico sobre a constituição das identidades individuais e coletivas. Num segundo momento, após a realização das entrevistas e de posse do corpus propriamente dito, verificou-se a necessidade da criação de outras categorias além daquelas

---

<sup>18</sup> Exigência do Comitê de Ética da Universidade Federal de Alfenas – Unifal-MG.

criadas a partir do referencial teórico e que permitissem uma análise mais detalhada. Esse procedimento de elaborar categoriais com base no corpus, tendo em vista as especificidades do próprio corpus e as necessidades da pesquisa, é previsto pela metodologia da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Assim, foram elaboradas categorias de análise para cada uma das questões do roteiro. Considerando-se que o roteiro foi elaborado a partir dos objetivos da pesquisa, a elaboração das categorias de análise considerou, além do corpus, esses objetivos.

As categorias serão apresentadas a partir das questões do roteiro.

Para a questão de número 1, que busca caracterizar o curso de graduação no qual o entrevistado se formou, foram elaborados cinco itens que tratavam da natureza dos conteúdos, das habilidades e das competências desenvolvidas, do campo e do objeto de reflexão do curso e da literatura utilizada. Assim, foram elaboradas categorias para ajudar a descrever traços fundamentais desses cursos.

No item i, sobre a natureza dos conteúdos predominante, foram criadas as categorias:

- a) Críticos;
- b) Instrumentais.

No item ii, quanto às habilidades e competências essencialmente desenvolvidas, foram criadas as categorias:

- a) Relacionais;
- b) Técnicas;
- c) Relacionais e Técnicas;
- d) Críticas e Técnicas.

No item iii, sobre o campo de reflexão predominante, foram criadas as categorias:

- a) Público;
- b) Privado;
- c) Público e Privado;

No item iv, sobre o objeto de reflexão predominante, foram criadas as categorias:

- a) Pequena Empresa;
- b) Grande Empresa;
- c) Organizações públicas e organizações não governamentais;

d) Múltiplos formatos.

No item v, sobre a origem predominante da literatura utilizada, foram elaboradas as seguintes categorias:

- a) Nacional;
- b) Internacional;
- c) Internacional Traduzida;
- d) Diversificada.

As categorias de análise da questão 2 foram elaboradas a partir do referencial teórico, com base em Ciampa (1994), que compreende a identidade enquanto um processo, uma metamorfose. As categorias adotadas foram:

- a) Assimilação;
- b) Reposição;
- c) Negação.

Essas categorias correspondem ao posicionamento do entrevistado em relação à identidade pressuposta de administrador apresentada no capítulo 3.

Para Ciampa (1994), no decorrer do processo de constituição das identidades, cada sujeito adota diferentes posicionamentos diante das identidades que são apresentadas ao longo de sua história. Em relação à identidade profissional, durante a graduação a identidade pressuposta de Administrador é apresentada através das inúmeras atividades desenvolvidas, dentro e fora da sala de aula. Assim, a identidade pressuposta de administrador vai sendo trabalhada. As categorias serviram para identificar a percepção dos entrevistados em relação aos cursos de graduação nos quais se formaram e em relação ao seu posicionamento ao longo dos anos, após a conclusão da graduação.

A questão 3 busca conhecer o que motivou o ingresso dos entrevistados no Campo de Públicas. Para essa questão, foram criadas as categorias:

- a) Por questões acadêmicas;
- b) Por questões profissionais.

Para a análise da questão 4, que trata dos fatores que contribuíram para a constituição do Campo de Públicas, foram elaboradas categorias que compreendem três níveis: o micro, o

macro e o meso. E, por causa da diversidade de fatores apresentados pelos entrevistados, as UR identificadas foram distribuídas em função da esfera de origem do fator, ou seja, fatores relacionados aos indivíduos, fatores relacionados à conjuntura ou contexto e os fatores relacionados às relações que se estabeleceram a partir dos níveis micro e macro. Assim, as categorias criadas foram as seguintes:

- a) Micro (individual);
- b) Macro (conjuntural);
- c) Meso (das relações).

A questão 5 indaga se o Campo de Públicas tem acessado referenciais teóricos não hegemônicos da ciência administrativa e quais seriam eles e se o Campo de Públicas tem se debruçado sobre objetos de estudo não hegemônicos na ciência administrativa e quais seriam eles. Como o posicionamento dos entrevistados oscilou bastante, foram criadas categorias nas quais cada uma das UR pudesse ser distribuída e a categorização correspondesse ao real posicionamento dos integrantes. Assim, foram criadas as categorias:

- a) Sim;
- b) Não;
- c) Em parte.

Para a questão 6, que pergunta se o Campo de Públicas tem concebido novos referenciais normativos para o ensino da Ciência Administrativa, houve a necessidade da criação de uma categoria para a inclusão de UR para dois entrevistados: um que informou não saber a resposta e outro que disse não compreender a questão. Dessa forma, a análise foi realizada a partir das categorias:

- a) Sim;
- b) Não;
- c) Não compreendido.

As categorias de análise da questão 7, que busca investigar a percepção dos integrantes em relação à constituição do movimento Campo de Públicas, foram elaboradas com base no referencial teórico sobre identidade, mais especificamente nas contribuições de Castells (2010), sobre a constituição social das identidades. Assim, inicialmente foram elaboradas três categorias: legitimadora, de resistência e de projeto.

Após a realização das entrevistas, percebeu-se a necessidade da criação de mais duas categorias: *em processo* e *formada*, para contemplar informações fornecidas por três dos entrevistados, cujas respostas não ficaram restritas às categorias inicialmente elaboradas. Assim, foram criadas mais duas categorias, totalizando cinco categorias de análise:

- a) Legitimadora;
- b) De Resistência;
- c) De Projeto;
- d) Em processo;
- e) Formada.

Cada uma das categorias de análise expressa a construção política da identidade e o posicionamento de seus integrantes em relação ao contexto no qual a identidade coletiva se constrói. Como as categorias de análise elaboradas a partir de Castells (2010) relacionam-se mais diretamente à constituição de identidades de movimentos sociais, elas serviram de embasamento para a análise da constituição do movimento Campo de Públicas enquanto expressão de uma coletividade.

A última questão do roteiro, a de número 8, resgata a pergunta do problema de pesquisa e indaga se a percepção sobre distinções significativas entre as identidades profissionais de administradores (de empresas) e administradores públicos foi um fator determinante para a constituição do movimento do Campo de Públicas. Inicialmente foram elaboradas três categorias: *sim*, *não* e *em parte*. Após a realização das entrevistas, em função da manifestação de um dos entrevistados afirmando que a questão só poderia ser respondida pelo pessoal da administração pública, uma nova categoria foi criada e nomeada como *não posso responder*. Assim, as UR foram distribuídas nas seguintes categorias:

- a) Sim;
- b) Não;
- c) Em parte;
- d) Não posso responder.

A partir da análise das entrevistas, as UR foram identificadas e distribuídas nas categorias de análise. No próximo capítulo os dados serão apresentados de acordo com a Análise de Conteúdo, ou seja, a partir da categorização dos dados das entrevistas. Ainda no próximo capítulo, será realizada a discussão dos dados.

## 5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo está organizado em duas seções. A primeira é destinada a apresentar os resultados da análise de conteúdo das entrevistas. Essa primeira seção corresponde à segunda etapa da Análise de Conteúdo, aquela em que é feita a exploração ou descrição do material. Sendo assim, nessa etapa, é apresentada a descrição dos resultados, sem propor qualquer interpretação. Já a segunda seção deste capítulo destina-se à discussão dos resultados realizada com base no referencial teórico e nos resultados apresentados na primeira seção, ou seja, trata-se da inferência, terceira e última etapa da Análise de Conteúdo. Assim, na segunda seção é que os dados são interpretados, mostrando-se em que medida, eles contribuem para o alcance dos objetivos da pesquisa.

### 5.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Como informado na metodologia, os resultados que seguem baseiam-se em entrevistas realizadas com integrantes do Campo de Públicas, bacharéis em Administração.

A apresentação dos resultados da pesquisa foi organizada a partir de cada uma das perguntas. Buscando dar maior clareza à apresentação dos dados, após cada pergunta segue um quadro com palavras ou trechos de cada entrevista. Como algumas questões têm mais de um tópico, foram elaborados quadros de acordo com a necessidade de organização para sua apresentação.

Para a análise de conteúdo das entrevistas, foram elaboradas categorias de análise para cada pergunta, como apresentado na Metodologia. Essas categorias aparecem na primeira linha de cada quadro. Em cada entrevista, foram identificadas as Unidades de Registro (UR) que aparecem distribuídas nas categorias. A cada UR foi atribuído um código que corresponde ao entrevistado, à questão e à linha na qual se encontra aquela UR na entrevista. Por exemplo, o código E1Q1L1 indica que a UR a que se associa foi produzida pelo entrevistado 1, que essa UR encontra-se na resposta à questão 1 e que ela se localiza na linha 1 da entrevista.

Abaixo de cada quadro, os resultados da questão são apresentados, resgatando-se trechos significativos das entrevistas, destacando-se em negrito as UR e as categorias de

análise em itálico. De acordo com a Análise de Conteúdo, esses trechos que acompanham as UR são chamadas de Unidades de Contexto.

### Questão 01

Na questão é solicitado ao entrevistado que caracterize o curso de graduação em Administração no qual se formou. Cinco itens são considerados: conteúdos, habilidades e competências, o campo de reflexão, o objeto de reflexão e a literatura utilizada.

Quando a indagação foi a respeito da natureza dos conteúdos predominantes as UR foram distribuídas em duas categorias: *Críticos* e *Instrumentais*.

Quadro 2 - Conteúdos

<b>Críticos</b>	<b>Instrumentais</b>
críticos (E1Q1L3) críticos , pouco instrumentais (E5Q1L4)	majoritariamente instrumentais (E2Q1L8-9) enfoque predominantemente instrumental (E3Q1L4-5) essencialmente instrumentalizante (E4Q1L4) extremamente normativo (E6Q1L4) instrumentais (E6Q1L9) instrumental e reflexivo (E7Q1L4) predominantemente instrumental (E8Q1L4)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Na análise de conteúdo das respostas a respeito da natureza dos conteúdos trabalhados nos cursos de graduação em Administração nos quais os entrevistados se formaram, grande parte das UR se relacionou à categoria *Instrumentais*: “Os conteúdos eram **majoritariamente instrumentais**.” (E2Q1L8-9), “teve um enfoque **predominantemente instrumental**” (E3Q1L4-5), “teve ênfase **essencialmente instrumentalizante**” (E4Q1L4). Apenas duas UR foram inseridas na categoria *Críticos*: “**críticos**” (E1Q1L3) e “**críticos, pouco instrumentais**” (E5Q1L4).

Quanto às habilidades e competências essencialmente desenvolvidas durante o curso, as UR foram distribuídas nas categorias do quadro 3.

Quadro 3 - Habilidades e competências

<b>Relacionais</b>	<b>Técnicas</b>	<b>Relacionais e Técnicas</b>	<b>Críticas e Técnicas</b>
relacionais (E4Q1L7) relacionais (E5Q1L5)	Eminentemente técnicas (E2Q1L11) fixação de conceitos (E7Q1L4)	mais técnicas e relacionais (E3Q1L5) relacionais e técnicas (E6Q1L10) relacionais e técnicas (E8Q1L5)	Críticas e técnicas (E1Q1L5)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

As UR identificadas, na maioria, podem ser reunidas na categoria *Técnicas*. As UR que se referem às habilidades *Relacionais* aparecem em menor número e são relacionadas ao setor privado: “com foco em habilidades **relacionais** direcionadas, sobretudo ao setor privado” (E5Q1L5).

Quanto ao campo de reflexão predominante, a distribuição das UR nas categorias de análise foi:

Quadro 4 - Campo de reflexão

<b>Público</b>	<b>Privado</b>	<b>Público e Privado</b>
-	privado (E2Q1L12) extremamente empresarial (E3Q1L8) em torno do mercado (E4Q1L9) privado (E5Q1L5) privado (E6Q1L11) totalmente privado... industrial (E7Q1L6) empresa privada de grande porte (E8Q1L6)	privado, com reflexão também sobre a organização pública (E1Q1L6-7)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

As UR referentes aos questionamentos sobre o campo de reflexão predominante foram reunidas, em sua maioria, sob a categoria *Privado*. Como exemplo, apresenta-se o trecho “O campo de reflexão **totalmente privado**, e muitas vezes **industrial**” (E7Q1L6). Apenas uma UR cita o setor privado juntamente com o público: “**setor privado, com reflexão também sobre a organização pública**” (E1Q1L6-7), ocupado a categoria *Público e Privado*. A categoria *Público* ficou sem nenhuma UR.

Quanto ao objeto de reflexão predominante, ao longo dos cursos de graduação em Administração, as UR foram distribuídas nas seguintes categorias:

Quadro 5 - Objeto de reflexão

<b>Pequena empresa</b>	<b>Grande Empresa</b>	<b>Organizações Públicas e Organizações não-governamentais</b>	<b>Múltiplos formatos</b>
Micro e pequenos negócios (E5Q1L6)	“grandes corporações” (E2Q1L4-5) extremamente empresarial (E3Q1L8) em torno do mercado (E4Q1L09) grandes empresas privadas (E6Q1L12) industrial (E7Q1L06) empresas privadas de grande porte (E8Q1L06)	-	Múltiplos formatos (E1Q1L08)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nas respostas sobre o objeto de reflexão predominante no curso (pequena ou grande empresa, organizações públicas, organizações não governamentais ou outros formatos) a

maioria das UR identificadas está ligada à empresa privada de grande porte: “A principal característica do curso de graduação no qual me formei era a referência das “**grandes corporações**”. Tudo girava em torno de temas como multinacionais e grandes empresas” (E2Q1L4-6). Por isso a categoria *Grande Empresa* foi a que recebeu a maioria das UR. A categoria *Pequena Empresa* aparece em apenas uma UR, assim como os múltiplos formatos. Nenhuma UR foi associada à categoria *Organizações Públicas ou Organizações não governamentais*. Ou seja, nenhum dos entrevistados informou que as Organizações Públicas ou Organizações não governamentais foram objeto de reflexão predominante ao longo de seus cursos de Administração.

Quanto à literatura utilizada durante o curso, a análise apresentou a seguinte distribuição:

Quadro 6 - Literatura

Nacional	Internacional	Internacional Traduzida	Diversificada
nacional (E1Q1L10) predominantemente nacional (E3Q1L6)	-	internacional traduzida além dos grandes manuais (E2Q1L12-13) internacional traduzida e manuais clássicos (E4Q1L 11) internacional traduzida (E6Q1L13) internacional traduzida (E8Q1L7)	Diversificada (E5Q1L7) Nacionais e outros internacionais traduzidos (E7Q1L13-14)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A maior parte das UR entrou na categoria *Internacional Traduzida*. Ou seja, a maior parte dos entrevistados, ao longo de sua formação na graduação, teve contato com a literatura internacional traduzida. A categoria *Internacional* não contou com nenhuma UR. A literatura nacional foi citada por dois dos entrevistados, assim como a literatura diversificada. Por isso, as duas categorias *Nacional* e *Diversifica* contam com duas UR cada uma. Na fala dos entrevistados, os manuais clássicos são citados, juntamente com a literatura internacional traduzida. Como exemplo, seguem trechos das entrevistas: “A literatura empregada era **internacional traduzida**, além dos **grandes manuais** (a lá Chiavenato<sup>19</sup>)” (E2Q1L12-13), “Trabalhávamos muito com literatura internacional traduzida e outros manuais clássicos da administração.” (E4Q1L11).

<sup>19</sup> Autor renomado da área de Administração. Para mais informações acessar: <<http://chiavenato.com/>>

## Questão 2

Na questão dois, os entrevistados são chamados a uma reflexão sobre a identidade pressuposta do administrador, tratada nessa pesquisa no referencial teórico e apresentada aos entrevistados.

### Quadro 7 - Identidade pressuposta

A **identidade pressuposta** corresponde ao conjunto de papéis que o indivíduo deve representar. Tais papéis condicionam modos de ser, pensar e agir - nos quais se fazem presentes as expectativas sociais sobre as condutas individuais. Para este trabalho, considera-se que a identidade pressuposta do Administrador (seu estereótipo mais geral) aponta para um profissional competitivo e individualista que coloca em primeiro plano as metas individuais e organizacionais. Ele percebe, de forma secundária, as contradições entre capital e trabalho. Crê em padrões de sucesso. Desde a sua formação, as dimensões humanística, política e crítica (para além do gerenciamento de meios) não são desenvolvidas e exercidas em plenitude.

Fonte: Ciampa, 2004.

Diante dessa identidade pressuposta, observam-se processos de assimilação, reposição e negação.

### Quadro 8 - Posicionamento diante da identidade pressuposta

O processo de **assimilação** é o momento no qual o indivíduo absorve ou internaliza o papel social a ele atribuído. Esse processo ocorre quando o indivíduo passa a assumir esta personagem como parte de sua própria identidade.

A **reposição**, por sua vez, se dá através das forças e rituais sociais, que fazem com que, ao longo do tempo, o indivíduo mantenha a identidade assimilada, naturalizando-a e, assim, aproximando-a da noção de um mito que prescreve as condutas corretas, reproduzindo o social.

No processo de **negação** observa-se a superação da identidade pressuposta. Esta superação se dá na medida em que o indivíduo nega aquilo que o nega enquanto sujeito: a identidade pressuposta. Ou seja, ele contradiz conscientemente o estereótipo em busca de uma identidade aderente ao modo como efetivamente reflete e age.

Fonte: Ciampa, 2004.

Assim, os entrevistados foram questionados se sua formação reforçou os elementos característicos da identidade pressuposta do administrador.

### Quadro 9 - Se reforçou a identidade pressuposta de administrador

Sim	Não Totalmente
Sim. (E1Q2L13) Sim,... reforçou (e muito) (E2Q2L16) Reforçaram (E3Q2L25) predisposição pela manutenção (E4Q2L16) aprimoramento técnico (E5Q2L12) colocação profissional para experimentar a área (E5Q2L412-13) competitivo. Sim (E6Q2L22) instrumental, acrítico (E7Q2L19) Sim, reforçou (E8Q2L10)	individualista... Não, ... somos treinados para trabalhar preponderantemente em equipe (E6Q2L24-25)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

As UR foram associadas quase totalmente à categoria *Sim*. Ou seja, a maioria dos entrevistados afirma que os elementos da identidade pressuposta do administrador foram reforçados durante o curso.

Apenas uma UR expressou um posicionamento divergente, não concordando com um dos traços apresentados como característico da identidade pressuposta de administrador. Nas palavras do entrevistado: “na graduação **somos treinados para trabalhar preponderantemente em equipe**” (E6Q2L24-25). Assim, apesar da concordância em tratar-se de um profissional competitivo, o individualismo não seria uma de suas características. O posicionamento divergente do entrevistado gerou a necessidade de criação de uma categoria chamada: *Não Totalmente*.

As UR “**Sim**” (E1Q2L13), “**Sim, reforçou**” (E8Q2L10) e “**Sim, minha formação na graduação reforçou (e muito) a identidade pressuposta do Administrador**” (E2Q2L16-17) são alguns exemplos que expressam a concordância da maioria dos entrevistados de que o curso de graduação frequentado reforçou os traços característicos da identidade pressuposta de administrador.

Ainda refletindo a respeito da identidade pressuposta do administrador, os entrevistados foram questionados se, ao longo dos anos (durante ou depois da graduação), seu posicionamento como administrador oscilou entre os processos de assimilação, reposição e/ou negação da identidade pressuposta. A partir das UR identificadas foi realizada a seguinte distribuição pelas categorias.

Quadro 10 - Posicionamento diante da identidade pressuposta - agrupado

<b>Assimilação</b>	<b>Reposição</b>	<b>Negação</b>
Sim (E1Q2L14) assimilei (E2Q2L25) predisposição pela manutenção (E4Q2L16) assimilação (E5Q2L4-5) no início assimilamos (E6Q2L43) assimilação... no início do curso (E7Q2L24)	Sim (E1Q2L14) fui sendo “domesticado” (E2Q2L28 e 29) cada vez mais defendia que “administração era para administrador” (E2 Q2L31) Imersos... manuais de como agir (E2Q2L34-35) colocação profissional para experimentar a área (E5Q2L12-13) Reposição... até a metade do curso (E7Q2L25)	Sim (E1Q2L14) comecei a questionar (E2Q2L40) comecei a questionar muito (E2Q2L45-46) Fiquei negando (E2Q2L51) Este processo de negação reforçado (E2Q2L57) comecei a desenvolver um processo gradativo de negação (E3Q2L28) negação de estágios em empresas privadas (E3Q2L30) não me adaptei ao mundo do mercado (E4Q2L25-26) e depois passamos a criticar (E6Q2L43) negação passou a ficar mais forte na reta final do curso (E7Q2L24-25) meu posicionamento oscilou... forte processo de negação (E8Q2L11-12)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A partir da identificação e distribuição da UR observou-se que cada entrevistado expressou de diferentes formas o processo de construção da identidade de administrador. Observou-se também que o mesmo entrevistado vivenciou diferentes posicionamentos em diferentes momentos de sua formação.

Tais observações demandaram a organização de um novo quadro, separando as UR de cada entrevista, para que fosse possível observar o processo relatado por cada entrevistado, caso a caso.

Quadro 11 – Posicionamento de cada entrevistado diante da identidade pressuposta

	Assimilação	Reposição	Negação
E1	Sim (E1Q2L14)	Sim (E1Q2L14)	Sim (E1Q2L14)
E2	-	fui sendo “domesticado” (E2Q2L28 -29) cada vez mais defendia que “administração era para administrador” (E2 Q2L31) Imersos... manuais de como agir (E2Q2L34-35)	comecei a questionar (E2Q2L40) Fiquei negando (E2Q2L51) comecei a questionar muito (E2Q2L45-46) Este processo de negação foi reforçado (E2Q2L 57)
E3	-	-	comecei a desenvolver um processo gradativo de negação (E3Q2L28) negação de estágios em empresas privadas (E3Q2L30)
E4	predisposição pela manutenção (E4Q2L16)	-	não me adaptei ao mundo do mercado (E4Q2L25- 26) Me sentia mal (E4Q2L27)
E5	assimilação (E5Q2L4-5)	colocação profissional para experimentar a área (E5Q2L12-13)	-
E6	no início assimilamos (E6Q2L43)		e depois passamos a criticar (E6Q2L43)
E7	assimilação... ocorreu no início do curso (E7Q2L24)	Reposição... até a metade do curso (E7Q2L25)	A negação passou a ficar mais forte na reta final do curso (E7Q2L24-25)
E8	-	-	meu posicionamento oscilou... forte processo de negação (E8Q2L11-12)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Seguem alguns trechos das entrevistas que ilustram o processo relatado pelos entrevistados, demonstrando que um mesmo entrevistado apresentou em sua resposta, diferentes posicionamentos em relação à identidade pressuposta, de acordo com o momento de sua formação e de acordo com a sua própria história:

“Ao longo do tempo na graduação (e só agora percebo isso claramente) **fui sendo “domesticado”**”. (E2Q2L28-29).

“**Comecei a questionar muito** meu papel na sociedade como Administrador”.(E2Q2L45-46).

O processo de assimilação da identidade pressuposta de administrador foi mais marcante nos primeiros anos da graduação. Um dos entrevistados informa que “Quanto ao processo de **assimilação** ele **ocorreu no início do curso**”. A reposição aparece até a metade do curso: “o processo de **reposição** firmou-se **até a metade do curso**” (E7Q2L24-25), “**imersos** naquele mercado de enlatados com "fórmulas de sucesso", ou **manuals de como agir** nas mais diversas situações gerenciais, escritos pelos gurus norte-americanos” (E2Q2L34a36). Mas há quem diga: “Porém, mesmo durante o processo formativo, devido a atividades no movimento estudantil e no movimento de empresas juniores **comecei a desenvolver um processo gradativo de negação** da identidade pressuposta” (E3Q2L26-29), chegando a “**negação de estágios em empresas privadas**” (E3Q2L30).

O processo de negação inicia-se, para a maioria quando começam os questionamentos e a não adaptação ao mercado: “**passamos a criticar**” (E6Q2L43), “**comecei a questionar**” (E2Q2L40), “**comecei a desenvolver um gradativo processo de negação**” (E3Q2L28). Assim, a categoria Negação foi a que contou com o maior número de UR, tendo sido citadas por sete dos entrevistados.

Apenas um dos entrevistados (E5), não falou em negação da identidade pressuposta. Em sua fala, ocorreu uma UR sobre a *Assimilação* da identidade pressuposta. Outros entrevistados, como E1, E2 e E7, que mencionaram a assimilação, passaram pelo processo de reposição e chegaram à negação. Já E4 e E6, apesar de mencionarem o processo de assimilação, não citam a reposição e concluem com a negação. Diferentemente, os entrevistados E3 e E8 focalizaram apenas no processo de negação. Assim, a maioria apresentou UR para a categoria *Negação*.

### Questão 03

A questão três busca investigar o que motivou o ingresso de cada integrante no movimento do Campo de Públicas.

Quadro 12 - O ingresso no campo de públicas

Por questões acadêmicas	Por questões profissionais
na prática... desde 1996... no movimento estudantil (E3Q3L37-38)	transformação do regime de trabalho... em estatutário (E1Q3L17-18) Ingresso no movimento por força da coordenação (E1Q3L19-20) representar a universidade na audiência pública sobre as DCN (E2Q3L65) docente (E3Q3L36) inserção como professor em uma universidade (E4Q4L32-33) concurso (E5Q3L21) entrei para a coordenação de curso (E6Q3L53) professor (E7Q3L35) coordenador (E7Q3L39) ingressei no setor público (E8Q3L15)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A respeito do ingresso no Campo de Públicas, todos atribuíram o seu ingresso às questões profissionais pela atuação como professor ou coordenador de curso relacionado ao campo. Assim, as UR concentram-se na categoria das *Questões Profissionais*. Apenas um dos entrevistados ressalta que, seu envolvimento iniciou-se ainda na graduação através de ações do movimento estudantil, tendo ingressado oficialmente no movimento quando se tornou docente. Nas palavras do entrevistado: “Porém, considero que **na prática**, se dá desde 1996 a partir das experiências obtidas por meio de ações **no movimento estudantil**,” (E3Q3L37-38). Essa ocorrência justificou a criação da categoria *Questões Acadêmicas*.

#### Questão 04

A questão quatro é sobre os principais fatores que contribuíram para a constituição do Campo de Públicas. As UR foram distribuídas em três categorias.

Quadro 13 - Fatores que contribuíram para a constituição do movimento

Micro (individual)	Macro (conjuntural)	Meso (das relações)
a mente inquieta de alguns teóricos da área de públicas (E1Q4L24-25) professores empreendedores, com visão de ação coletiva e agregadora (E7Q4L44-45) Defesa de interesses dos atores do campo. (E6Q4L57) empreendedorismo dos alunos (E7Q4L43)	democratização do ensino superior (E3Q4L42) crescimento de cursos (E7Q4L47)	defesa das DCNs (E2Q4L71) a formação oferecida... não contemplavam os conhecimentos (E8Q4L21e22) incompatibilidade com as DCNs e referenciais da administração privada (E7Q4L48) Necessidade de formação política e crítica (E3Q4L44) Foi a ausência de estruturas hierarquizadas (E4Q4L47-48) “reinventar” e reacreditar na gestão pública (E3Q4L43) busca por uma identidade própria (E5Q4L25) urgência de uma área de ensino/pesquisa (E8Q4L25) análise comparada da realidade (E8Q4L27)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

As UR foram distribuídas de acordo com a origem do fator que contribuiu para a constituição do movimento Campo de Públicas. Assim, as categorias referem-se aos níveis Micro, Macro e Meso. Na categoria *Micro* encontram-se a UR que dizem respeito aos atores individuais. Como exemplo destacam-se os seguintes trechos: “Entendo que o principal fator seja **a mente inquieta de alguns teóricos da área de públicas** quanto à necessidade de constituição de um campo específico de estudo, pesquisa e reflexão” (E1Q4L24,24-26), “**empreendedorismo dos alunos**” (E7Q4L43) e “Existência de **professores empreendedores com visão de ação coletiva e agregadora**” (E7Q4L44e45).

Na categoria *Macro* os fatores conjunturais, aqui entendidos como o contexto no qual emerge o Campo de Públicas, foram destacados, como: “Expansão, interiorização e consequente **democratização do ensino superior** no país” (E7Q4L42) e “O contexto histórico de **crescimento de cursos** de AP, GP, GS, GPP, e PP” (E7Q4L47).

As UR agrupadas na categoria *Meso* correspondem aos fatores de articulação e das relações que se estabeleceram a partir do contexto micro e macro.

As UR inseridas na categoria *Meso* dizem respeito à incompatibilidade das DCNs dos cursos de graduação em administração e da necessidade de DCNs próprias para os cursos do campo e dos fatores que permitiram tal articulação, como relatam alguns dos entrevistados: “**foi a ausência das estruturas hierarquizadas.** (...). Lembro-me da minha primeira participação nas reuniões. Figuras conhecidíssimas, com muita autoridade acadêmica, se comportando de modo igual aos demais menos conhecidos. Isso me marcou positivamente e profundamente.” (E4Q4L47-52), “Necessidade de “**reinventar**” e **reacreditar na gestão pública**” (E3Q4L43) e “**A busca por uma identidade própria**, cujo foco seja diferente da caracterização apenas técnica” (E5Q4L25-26).

## Questão 05

A questão cinco indaga se o movimento do Campo de Públicas tem acessado e concebido referenciais teóricos não hegemônicos na Ciência Administrativa e quais seriam eles.

Quadro 14 - Referencias teóricos não hegemônicos da ciência administrativa

<b>Sim</b>	<b>Em parte</b>	<b>Não</b>
Sim. (E1Q5L29) Sim, sem dúvidas ainda que timidamente (E3Q5L48) Referenciais da ciência política e da sociologia ((E4Q5L55) Claro, os referenciais são multidisciplinares (E7Q5L51)	Em parte sim (E2Q5L77) Em partes, (E5Q5L29) Não é o de... “novas teorias”, mas sim o de aporte... de teorias de outras áreas (E8Q5L31-32)	não se articulou de modo mais profundo (E2Q5L85) interdisciplinar por natureza (E6Q5L60) não “tem concebido referenciais teóricos diferentes ...” (E6Q5L60-61) a própria diversidade de referenciais está na base do campo (E6QQ5L62) Eles preexistem ao campo (E6Q5L65)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Para essa indagação, as UR ficaram bem divididas nas categorias *Sim*, *Em Parte* e *Não*. Como exemplo seguem alguns trechos das entrevistas com UR associadas à categoria *Sim*: “**Sim, sem dúvidas ainda que timidamente**” (E3Q5L48), “**Claro, os referenciais são multidisciplinares**” (E7Q5L51). Como exemplo de UR da categoria *Não*, segue o trecho: “Cabe destacar que o Campo ainda **não se articulou de modo mais profundo**, sobre seus referenciais teóricos e de pesquisa” (E2Q5L85).

Para exemplificar aqueles que se posicionam de outra forma, enquadrando-se na categoria *Em parte*, segue o exemplo: “O campo de públicas é **interdisciplinar por natureza**” (E6Q5L60). Os trechos selecionados expressam a divergência em relação ao Campo de Públicas acessar ou não referenciais teóricos não hegemônicos na Ciência Administrativa.

Ainda na questão cinco, foi feita a indagação se o Campo de Públicas tem se debruçado sobre objetos de estudo não hegemônicos na Ciência Administrativa e quais seriam eles. As UR identificadas foram agrupadas nas categorias:

Quadro 15 - Objetos de estudo não hegemônicos da ciência administrativa

<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Em parte</b>
Sim. (E1Q5L32) Os objetos de estudo são distintos. (E4Q5L57) Visão tecnopolítica e crítica (E4Q5L60) de formatos tradicionais (E7Q5L52) e de outros mais orgânicos (E7Q5L53) psicologia social, sociologia, ciência política e economia (E8Q5L33)	Reduz o campo a um produto da administração. ... não concordo (E6Q5L72e73)	Não me parece claro algo diferente do que possui a ciência administrativa (E2Q5L80-81) O grande dilema sobre o que é o objeto da adm: a organização ou a gestão (E2Q581-82) estão presentes no horizonte de pesquisa do campo, com outra abordagem (E2Q5L82-83) Foca-se... na dimensão política da gestão (E3Q5L54-55) Em parte,... Os objetivos das áreas são divergentes (E5Q5L29-31)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Quanto ao Campo de Públicas debruçar-se ou não sobre objetos de estudo diferentes dos convencionais da ciência administrativa, os entrevistados variaram seu posicionamento entre considerar que há um objeto de estudo diferente do convencional na ciência administrativa e considerar que a própria ciência administrativa (dita geral) enfrenta o **“grande dilema sobre o que é o objeto da adm: a organização ou a gestão”** (E3Q5L81-82), ou ainda: “Quanto aos objetos, entendo que enquanto nos estudos convencionais das ciências administrativa tem-se como objetos as organizações e a gestão, no campo de públicas **foca-se** para além das organizações públicas (estatais ou não estatais) **na dimensão política da gestão**” (E3Q5L54-55). A maioria das UR encontra-se distribuída entre a categoria *Sim* e a categoria *Em parte*, restando apenas uma UR inserida na categoria *Não*, que foi identificada no seguinte trecho **“Como cientista social não concordo”** (E6Q5L72-73).

### Questão 06

Na questão seis, a indagação é sobre a concepção de novos referenciais normativos para o ensino da Ciência Administrativa a partir do Campo de Públicas.

Quadro 16 - Novos referenciais normativos

<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não compreendido</b>
O debate sobre as DCNs de públicas (E4Q6L65) Sim,... relacionados a politização da gestão.(E5Q6L35) Sim, ... a dimensão técnico-política (E7Q6L58) Sim. (E8Q6L36)	Não (E1Q6L38) Não me parece clara uma preocupação com o ensino (E2Q6L92)	Não compreendi (E3Q6L58) Não sei (E6Q6L76)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Em relação a novos referenciais normativos para o ensino de Administração, concebidos pelo Campo de Públicas, apenas um dos entrevistados mencionou as DCNs de públicas. Outras duas UR associadas à categoria *Sim* referem-se à **“politização da gestão”** (E5Q6L35) e à **“ dimensão técnico-política”** (E7Q6L58).

No seguinte trecho: **“Não.** Vejo que tradicionalmente os referenciais continuam sendo ementas e programas dos cursos mais antigos deste campo, com muito pouca exceção” (E26L38-39), foi destacada a UR que compõe a categoria *Não*, juntamente com **“Não me parece clara uma preocupação com o ensino”** (E2Q6L92).

As UR **“Não compreendi”** (E36L58) e **“Não sei”** (E6Q6L76) foram agrupadas na categoria *Não compreendido*.

### Questão 07

A questão sete é direcionada à identidade do Campo de Públicas e busca saber se ela exprimiria uma identidade em formação e se essa identidade poderia ser caracterizada. As três formas de constituição das identidades coletivas, defendidas por Castells (2010), foram apresentadas aos entrevistados, de forma sintética, buscando conhecer a percepção dos entrevistados sobre qual poderia ser a forma de constituição da identidade do Campo de Públicas.

Quadro 17 - A formação de identidades coletivas

A identidade **legitimadora** é produzida e reproduzida por instituições dominantes, com o intuito de racionalizar e ampliar a influência de um campo sobre os atores sociais.

A identidade de **resistência** é criada por atores sociais que se encontram em posições socioinstitucionais subalternas e contraditórias em relação à lógica hegemônica.

A identidade de **projeto** manifesta-se quando os atores sociais desenvolvem uma nova identidade, consensual (em grande medida) e com capacidade de redefinir a posição do coletivo na sociedade - e, até, de transformar a sociedade.

Fonte: Castells, 2010.

A partir das respostas, as UR foram agrupadas nas categorias de análise.

Quadro 18 - Percepção dos integrantes a respeito da identidade do movimento

Legitimadora	De resistência	De projeto	Em processo	Formada
-	Sim- de resistência (E1Q7L42) Sim- de resistência (E8Q7L44)	de projeto (E4Q7L71) Sim. De projeto (E7Q7L64) Sim,... em formação e de projeto (E3Q7L61)	Sim, isso para mim é muito claro... de “resistência” e de “projeto” (E2Q7L105-106)	A identidade já está formada. (E6Q7L79)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O maior número de UR identificadas relaciona-se às categorias *De resistência* e *De projeto*. Além das UR inseridas nessas duas categorias, um dos entrevistados afirmou que “**Sim, isso para mim é muito claro.** O Campo exprime uma identidade em formação, e esta se aproxima das categorias de “**resistência**” e de “**projeto**”... Ao longo da trajetória do campo, a resistência, em especial no episódio das DCNs se mostrou muito forte. Atualmente percebo uma migração entre a resistência e o projeto” (E2Q7L105-110). Ele exprime, assim, o processo que envolve a resistência seguida da identidade de projeto. A UR identificada demandou a criação de mais uma categoria nomeada *Em processo*.

Uma das entrevistas apresentou o seguinte trecho: “**A identidade já está formada**” (E6Q7L79), não sendo possível inseri-la em nenhuma das três categorias existentes inicialmente. Outro entrevistado afirma: “possui identidade, necessidade de legitimação (E5Q7L38). Essas UR foram inseridas na categoria *Formada*.

A categoria *Legitimadora* não contou com nenhuma UR que expressasse ser o Campo de Públicas uma identidade coletiva produzida ou reproduzida por instituições dominantes. Assim, essa categoria ficou vazia.

### Questão 08

A questão oito resgata a pergunta do problema de pesquisa e indaga se a percepção sobre distinções significativas entre as identidades profissionais de administradores (de empresas) e administradores públicos foi um fator determinante para a constituição do movimento do Campo de Públicas. As UR identificadas nas entrevistas foram distribuídas dentre as quatro categorias criadas, de acordo com o quadro que segue.

Quadro 19 - Se distinções entre as identidades profissionais de administradores e administradores públicos representam um fator fundamental para a constituição do movimento

<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Em parte</b>	<b>Não posso responder</b>
Sem dúvida (E1Q8L47) Foi e ainda é (E2Q8L114) Sim, certamente. (E3Q8L67) A distinção foi mais um elemento que motivou (E4Q8L80) Sim,... necessidade de profissionalização que passa pela integração de diferentes áreas do conhecimento (E5Q8L43-44) Sem dúvida (E7Q8L78) Sim. (E8Q8L50) profundas diferenças nas orientações das duas identidades profissionais (E8Q8L55-56)	-	Sim, mas não totalmente. (E4Q8L77) Há outros cursos ... já nasceram... separados da administração (E4Q8L77-79)	só pode ser respondido pelo pessoal da administração pública. (E6Q8L84)

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A maioria das UR identificadas pode ser reunida na categoria *Sim*, que expressa a resposta afirmativa em relação à pergunta do problema de pesquisa. Como exemplo, seguem trechos das entrevistas: “**Sim, certamente.** As lógicas e ideologias que prevalecem nos processos de formação, inclusive nos currículos propostos para a formação do administrador

de empresas e do administrador/gestor público/gestor social, são completamente distintas.” (E3Q8L67-69).

Em uma das entrevistas foi identificada a seguinte UR “**Isso só pode ser respondido pelo pessoal da administração pública**” (E6Q8L84). A ocorrência demandou a criação de uma nova categoria chamada *Não posso responder*, para inserir quem não se sentiu em condições de responder a indagação.

Houve ainda outra entrevista na qual foram identificadas UR que não poderiam ser inseridas nas categorias existentes. Tais UR encontram-se no trecho: “**Há outros cursos** integrantes do movimento que já tem essa questão resolvida, como políticas públicas, gestão de políticas públicas, gestão social e gestão pública. Esses cursos **já nasceram**, na sua maioria, **separados da administração**, com projetos e perspectivas bem distintas” (E4Q8L77-80). Assim, foi criada a categoria *Em Parte*, pois o entrevistado expressa não concordar totalmente.

No sentido de apresentar de forma sucinta as informações fornecidas pelos entrevistados a respeito dos cursos de graduação nos quais se formaram, foi organizado um quadro com as características predominantes desses cursos.

QUADRO 20 – Caracterização dos cursos de graduação dos entrevistados

<b>Tópico</b>	<b>Síntese</b>
Conteúdos	Predominantemente instrumentais;
Habilidades	Mais técnicas que críticas e voltadas para a administração de empresas.
Campo de reflexão	O setor privado.
Objeto de reflexão	A grande empresa, muitas vezes industrial.
Literatura	Internacional traduzida com destaque para os manuais de inspiração norte-americana.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A seguir, como forma de explicitação dos diferentes momentos vivenciados pelos entrevistados em relação à identidade pressuposta de administrador, é apresentado um quadro com a trajetória percorrida durante a formação em administração.

QUADRO 21 – Posicionamento diante da identidade pressuposta de administrador

<b>Posicionamento</b>	<b>Trajetória</b>
Assimilação	Vivenciado por alguns dos entrevistados no início da graduação.
Reposição	Vivenciado pelos entrevistados ao longo do curso através da literatura e da inserção profissional. Expresso como forma de domesticação a partir da identidade de administrador apresentada e defendida ao longo do curso.
Negação	Vivenciado pela maioria dos entrevistados quando inicia a crítica à identidade pressuposta de administrador com a qual os entrevistados não se identificam. Gradativamente, ao longo do curso, a negação é reforçada, ficando mais forte na reta final da graduação.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Tratando especificamente sobre o Campo de Públicas, o próximo quadro foi construído para sintetizar as informações obtidas em relação à sua constituição.

QUADRO 22 – Tópicos significativos na análise da constituição do Campo de Públicas

<b>Tópico</b>	<b>Síntese</b>	
Posicionamento diante da Identidade Pressuposta de Administrador	Os entrevistados graduados em administração adotaram posicionamento predominantemente de resistência.	
Referenciais	Em construção a partir da contribuição de diferentes áreas que constituem o Campo de Públicas.	
Fatores condicionantes para a constituição do movimento	Nível Micro	Protagonismo de discentes e docentes.
	Nível Macro	Expansão e democratização do acesso ao ensino superior.
	Nível Meso	O espaço das relações expressa as contradições entre os níveis micro e macro. As DCNs da Administração são incompatíveis. Ações coletivas são direcionadas para a superação dessas contradições e em defesas das DCNs e do reconhecimento da AP. Uma identidade coletiva se constrói.
Natureza da identidade coletiva do movimento	Inicialmente de resistência. Atualmente dá sinais de uma identidade de projeto.	

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A descrição realizada nesta seção constitui a etapa descritiva da Análise de Conteúdo, que visa subsidiar a próxima etapa na qual a interpretação dos dados será feita. Será a partir dela, da discussão dos resultados, que o objetivo geral da pesquisa: Compreender, a partir da noção de identidade, a constituição do Campo de Públicas, poderá ser alcançado.

## 5.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A discussão dos resultados foi realizada com base no referencial teórico e na análise de conteúdo das entrevistas realizadas com integrantes do Campo de Públicas. Portanto, a discussão dos resultados possui base teórica e empírica.

Os resultados apresentados na etapa anterior demonstraram que os cursos de graduação nos quais os entrevistados se formaram caracterizaram-se pela ênfase na formação técnica. As habilidades relacionais, além de pouco citadas, aparecem direcionadas, sobretudo, ao setor privado. Quanto ao campo de reflexão predominante, novamente o setor privado prevalece e muitas vezes, além de privado, é industrial. Tais cursos apresentaram como objeto de reflexão a grande empresa privada. O fato de nenhum dos entrevistados apontar as discussões sobre as organizações públicas como foco do curso expõe o distanciamento dos mesmos em relação à possibilidade de formação de gestores públicos. A literatura internacional traduzida e os grandes manuais de administração, também inspirados em modelos internacionais, de modo especial no modelo norte-americano, distancia a formação dos administradores da realidade local e das necessidades da administração pública brasileira. A informação fornecida pelos entrevistados evidencia a forte influência dos modelos internacionais. Segundo Saraiva (2011), cursos de graduação que se voltam muito para a técnica e para a instrumentalização da técnica acabam perdendo a dimensão humana da educação e as pessoas tornam-se recursos à disposição da organização à qual pertencem.

Os dados analisados evidenciam que, os cursos de graduação em Administração, nos quais os entrevistados se formaram, não ofereceram a formação necessária para a atuação na área pública, pois as habilidades necessárias ao administrador público, tais como a noção de ética, democracia, cidadania e interesse público, não são contempladas. De certa forma, tais cursos demonstram forte influência da ciência administrativa apresentada por Taylor (1911), em sua obra *Princípios de Administração Científica*. Tal inferência fica evidente na fala dos entrevistados que além de informar que os conteúdos ministrados nos cursos de graduação por eles frequentados foram predominantemente técnicos, utilizaram advérbios (em negrito) para

intensificar o caráter tecnicista presente nos cursos: “Os conteúdos eram **majoritariamente** instrumentais.” (E2Q1L8-9), “teve um enfoque **predominantemente** instrumental” (E3Q1L4-5), “teve ênfase **essencialmente** instrumentalizante” (E4Q1L4).

É importante lembrar que a legislação que normatiza os cursos de graduação bacharelado em Administração, a Resolução n° 4, de 13 de julho de 2005, prevê a formação do administrador voltada para introduzir modificações no processo produtivo, reconhecer, definir e solucionar problemas, desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico, ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional. Mas, de acordo com os relatos, boa parte das habilidades que se esperam do administrador não foi priorizada. De modo especial, a habilidade política, tão necessária à atuação do gestor público, só aparece nos relatos dos entrevistados na forma de disciplinas optativas ou grupos de pesquisa ou de extensão. Ou seja, não fizeram parte da formação obrigatória. Ressalta-se ainda que a formação técnica priorizada foi aquela considerada necessária para a atuação na grande empresa. Portanto, não se trata daquela formação técnica necessária para a atuação na administração pública.

Vale destacar que o administrador é um profissional requisitado para atuar tanto em organizações públicas quanto privadas. Contudo, “a sua formação profissional prioriza aspectos voltados para o business, ou seja, prioriza-se a preparação do discente no sentido de lidar com questões ligadas aos negócios lucrativos.” (LOURENÇO *et al*, 2009, p. 1). Essa constatação serve de alerta para que a formação dos administradores não fique restrita apenas aos setores chamados produtivos, aqui entendidos como aqueles que visam ao lucro financeiro. Mas que os cursos de administração também se ocupem de preparar profissionais para atuar nas áreas de negócios públicos, ou seja, aqueles que visam o bem estar social.

Alguns entrevistados relataram que tiveram contato com as questões mais pertinentes à área pública a partir de alguma disciplina optativa do curso de graduação ou através de grupos de pesquisa e extensão ou ainda participando do movimento estudantil. Nas disciplinas consideradas obrigatórias, a discussão girava em torno do mercado, enquanto a sociedade e o Estado permaneciam em um plano secundário. Tais relatos confirmam o perfil empresarial e voltado para o mercado, apresentado pelos cursos de administração frequentados pelos entrevistados.

A literatura que embasou o referencial teórico da pesquisa favorece a compreensão da gênese do Campo de Públicas, indicando que a constituição do movimento está relacionada ao posicionamento de negação da identidade pressuposta do administrador. Como exposto no

referencial teórico, é possível perceber que as diretrizes hegemônicas da Administração apontam na direção de um profissional altamente produtivo, competitivo, individualista, alinhado ao mercado e ao capital, que se atualiza constantemente e busca o sucesso. A partir dos autores estudados e das entrevistas realizadas, foi possível inferir que há uma lacuna em relação à formação humanística, acadêmica, crítica, política e social nos cursos de graduação em Administração. Predomina a técnica e a busca pelos resultados e pela eficiência.

Assim, esses traços característicos que compõem a identidade pressuposta do administrador foram apresentados aos entrevistados para verificar se sua formação na graduação havia reforçado essa identidade. Praticamente todos concordaram em que os cursos de graduação em Administração reforçaram a identidade pressuposta de administrador. Apenas um dos entrevistados não concordou totalmente, dizendo que, apesar de o administrador ser um profissional competitivo, ele não seria individualista. De acordo com o entrevistado, a competição é uma característica da atividade produtiva na sociedade capitalista. Além disso, ainda de acordo com o entrevistado, na graduação, o administrador é treinado para trabalhar em equipe.

Essa colocação merece uma reflexão: Será que o treinamento para trabalhar em equipe, em função dos objetivos e metas organizacionais, contribuiria para a formação de um profissional com visão coletiva e de busca pelo bem comum? Ou seria mais uma estratégia de como fazer o próprio indivíduo anular-se em função da empresa que ele representaria como administrador? O relato do entrevistado constitui um bom exemplo para ilustrar o tema abordado por Tenório (2012), ao tratar da construção do “pequeno-burguês”.

Segundo o autor, o pequeno-burguês seria um tipo humano que acontece na sociedade capitalista, caracterizado pela aderência aos valores da burguesia, ainda que a ela não pertença propriamente, pois “vive uma incompatibilidade, comporta-se como burguês, como dono do capital, mas é um assalariado especializado” (TENÓRIO, 2012, p.4).

Então, apesar do treinamento para trabalhar em equipe, continua a vigorar a lógica da competição. Isso submete o indivíduo a um novo e significativo tipo de pressão: a pressão dos pares. Em paralelo, equipes decidem sobre a alocação de meios e perseguem metas que são meramente comunicadas. Assim, mesmo o coletivo não é uma instância efetiva de emancipação.

Cursos de graduação que privilegiem a formação técnica e o espírito competitivo, cujas habilidades relacionais direcionam-se para o setor privado, com discussões pautadas em torno do mercado, dificilmente conseguirão trabalhar com uma percepção de coletivo que se relacione ao bem comum mais amplo. Além de Tenório (2012), Nogueira (1998), Hachen

(2010), Motta (2013), dentre muitos outros que poderiam ser citados, alertam para as questões relativas à formação de gestores públicos e a problemática do direcionamento para princípios e valores da empresa privada. Concluindo, a maioria dos entrevistados afirmou que os traços característicos da identidade pressuposta foram reforçados durante a graduação. O único posicionamento contrário foi embasado em uma justificativa que acabou por expressar o quanto o curso reforçou a identidade pressuposta de administrador, naturalizando-a.

Para dar continuidade à análise da fala de integrantes do Campo de Públicas, de modo a verificar seu posicionamento em relação à identidade pressuposta do administrador, os entrevistados são chamados a uma reflexão sobre o caminho percorrido desde a graduação culminando com a participação no movimento do Campo de Públicas, refletindo se, ao longo desse percurso, seu posicionamento oscilou entre assimilar, repor ou negar a identidade pressuposta de administrador. A maioria expressa que, ao longo do curso ou depois dele, emergiu uma sensação de desconforto em relação a essa identidade, levando a uma busca por algo diferente.

Alguns tiveram, durante a graduação, a oportunidade de participar de atividade de pesquisa e extensão, despertando para uma abordagem mais crítica das relações sociais, políticas e econômicas. A participação nesses grupos permitiu que alguns desenvolvessem, já na graduação, um processo de negação da identidade pressuposta de administrador. Outros só vieram a adotar esse posicionamento mais tarde, durante o curso de mestrado ou doutorado. Todos informaram que ingressaram “oficialmente”<sup>20</sup> no movimento do Campo de Públicas a partir do momento em que se tornaram professores de curso da área, ou ainda ao assumirem a função de coordenadores de algum desses cursos. Assim, pode-se inferir que a motivação profissional foi decisiva para o ingresso dos integrantes entrevistados.

Para a discussão sobre a constituição tanto da identidade dos entrevistados enquanto administradores, como da identidade coletiva do movimento Campo de Públicas, é importante considerar o alerta de Ciampa (1994) a respeito da complexidade do fenômeno da constituição das identidades. É oportuno lembrar que se trata de um processo constante e que não se esgota como se fosse um produto, algo fabricado e pronto. A constituição das identidades, tanto individuais quanto coletivas, envolve um movimento constante de fazer-se, de torna-se e de metamorfosear-se. Nesse processo complexo, muitos fatores atuam, interagindo e construindo a identidade dos administradores, dos demais integrantes do Campo de Públicas,

---

<sup>20</sup> As aspas são para lembrar que o movimento não está, até o momento, legalmente instituído.

administradores ou não, já que o movimento é multidisciplinar e a diversidade é uma característica do próprio movimento.

Os fatores que contribuíram para a constituição do movimento apresentados pelos entrevistados foram inseridos em categorias elaboradas de acordo com seu nível de origem. Assim, na categoria de análise correspondente ao nível micro destaca-se a pró-atividade de atores, discentes e docentes, envolvidos com a formação de Administradores Públicos e que iniciaram a articulação do movimento. No nível macro, que representa a própria conjuntura histórica, política e econômica do país, os entrevistados destacaram como fatores relevantes, a democratização do acesso ao ensino superior e o crescimento da oferta de cursos de graduação relacionados à área de formação do Campo de Públicas. Contudo é no nível meso que as articulações produzem resultados efetivos, as aspirações do movimento são expressas e alguns dos objetivos são concretizados. É no nível meso que as relações se estabelecem e que os indivíduos interagem entre si e com a realidade que os cerca e constroem coletivamente o movimento. É o nível meso que representa a concretude do movimento Campo de Públicas, bem como o seu potencial de constituir-se coletivamente.

Diante da identidade pressuposta de administrador, cada entrevistado relatou seu posicionamento em diferentes momentos de sua formação. A maioria passou pelo processo de negação dessa identidade, imposta desde a graduação. Esse processo, para a maioria dos entrevistados, inicia-se com o próprio curso e vai ficando mais forte na reta final do curso. Alguns relataram que tentaram assimilar essa identidade de administrador apresentada durante o curso, mas a sensação de desconforto emergia.

A reposição só chega a ser evidenciada por um dos entrevistados, pois a maioria inicia o processo de negação já durante o curso. A constituição do movimento Campo de Públicas está relacionada ao processo de negação da identidade pressuposta de administrador, relatado pela maioria dos entrevistados. O próprio movimento nasce da necessidade de reconhecimento de uma identidade própria, diferente da imposta em nível macro. O posicionamento de cada integrante enquanto indivíduo fortalece e contribui para a constituição da identidade do movimento, que é uma identidade coletiva.

Em relação à institucionalização do Campo de Públicas e à concepção de novos referenciais teóricos, as falas dos entrevistados demonstraram que esses pontos ainda são polêmicos ou dependem de articulação. Como exemplo, um dos entrevistados afirma: “Cabe destacar que o Campo de Públicas ainda não se articulou de modo mais profundo, sobre seus referenciais teóricos e de pesquisa” (E2Q5L85). Fica claro que não se trata de criar referenciais de uma nova ciência e sim articular os conhecimentos de diversas áreas para

compor os conhecimentos multidisciplinares, que preexistem ao campo, mas que precisam ser articulados. O que foi expresso pelos entrevistados é que o movimento iniciou essa articulação, mesmo que timidamente, necessitando ainda avançar e aprofundar. Tais informações podem ser evidenciadas nos seguintes trechos de entrevistas: “Claro, os referenciais são multidisciplinares da área de Administração, Ciência Política, Economia e Sociologia.” (E7Q5L51-52) e “O Campo de Públicas é interdisciplinar por natureza. Nesse sentido não tem concebido referenciais teóricos diferentes dos referenciais teóricos convencionais da Ciência Administrativa, a própria diversidade de referenciais está na base do campo.” (E6Q5L60-62)

Quanto ao objeto de estudo do movimento, ele ainda não está totalmente claro. A partir das entrevistas é possível perceber que ele é distinto do objeto de estudo da administração geral. Mas não há clareza, na fala dos entrevistados, de qual seria o objeto de estudo específico do movimento. O que fica evidenciado é que se trata de algo distinto da administração empresarial. Segue um trecho de entrevista que demonstra tal evidência: “Quanto aos objetos, entendo que, enquanto nos estudos convencionais das ciências administrativas tem-se como objetos as organizações e a gestão, no campo de públicas foca-se para além das organizações públicas (estatais ou não estatais) na dimensão política da gestão” (E3Q5L53-55).

Sobre a concepção de novos referenciais normativos para o ensino da ciência administrativa, alguns entrevistados não compreenderam a questão. Um deles disse que a preocupação com o ensino não lhe parecia clara. Dois entrevistados mencionaram a politização da gestão e a dimensão tecno-política. Apenas um fez menção direta ao debate em torno das DCNs de Públicas, o que pareceu estranho por tratar-se de uma das principais aspirações do movimento. Talvez os entrevistados não tenham feito a correlação entre a ideia de referencial normativo e as DCNs.

É interessante destacar que as DCNs de Públicas são citadas quando a pergunta é a respeito dos fatores que contribuiu para a constituição do movimento. Além das DCNs uma série de outros fatores foi apontada pelos entrevistados, o que oportunizou uma análise em três níveis: micro, macro e meso.

No nível micro, compreendido como aquele que corresponde aos fatores diretamente relacionados aos indivíduos enquanto atores sociais, tanto a atuação dos teóricos da área pública quanto o protagonismo dos docentes e discentes foram fundamentais para constituição do movimento, como afirma um dos entrevistados: “Os principais fatores foram: O empreendedorismo dos alunos na criação de um encontro nacional de estudantes de AP, a

existência de professores empreendedores, com visão de ação coletiva e agregadora (...) e com formação diversa (...)” (E7Q4L43-45)

No nível macro, a expansão do ensino superior foi destacada pelos entrevistados como um dos fatores que contribuíram com a democratização do ensino superior, tendo incidido nas relações que se sucederam, ou seja, no nível meso.

No nível meso, que é destacado por Jovchelovith (2004) como o espaço privilegiado no qual a categoria identidade seria produzida, foram identificadas UR associadas a inúmeros fatores que contribuíram para a constituição do Campo de Públicas, como a incompatibilidade com as DCNs e dos referenciais da administração privada com as necessidades dos cursos do Campo de Públicas. A própria articulação em defesa da DCNs de Públicas é apontada por uma dos entrevistados com um dos fatores que levaram à constituição do movimento.

É ainda no nível meso que se manifestam, através da fala de um dos entrevistados, a necessidade de reinventar e reacreditar na gestão pública, assim como a busca por uma identidade própria para a administração pública brasileira. Para ilustrar, segue a declaração de um dos entrevistados, quanto ao fator que contribuiu para a constituição do movimento: “A busca por uma identidade própria, cujo foco seja diferente da caracterização apenas técnica, mas de valorização do aspecto político de formação profissional” (E5Q4L25-26).

Os fatores apontados pelos entrevistados indicam que o Campo de Públicas surge num contexto de abertura política e de democratização do acesso ao ensino superior. Foi também necessária a existência de atores sociais, tais como docentes e discentes, que se mobilizaram no sentido de manifestar a insatisfação com a realidade dos cursos de formação de gestores públicos e a necessidade de que se organizassem coletivamente. A possibilidade de participação de diferentes atores foi decisiva para a constituição do movimento, como pode ser observado na fala do entrevistado: “Lembro-me da minha primeira participação nas reuniões. Figuras conhecidíssimas, com muita autoridade acadêmica, se comportando de modo igual aos menos conhecidos. Isso me marcou positiva e profundamente.” (E4Q4L49-52).

Quanto à natureza da identidade do Campo de Públicas a maioria dos entrevistados manifestou que há uma característica de resistência, mas também de projeto. A legitimação é abordada por apenas um dos entrevistados ao dizer que a identidade em formação necessita de legitimação. A ideia de processo e de construção é praticamente unânime, não sendo aceita por apenas um dos entrevistados que considera que a identidade do movimento já está formada. Levando-se em consideração que três dos entrevistados manifestaram perceber características de uma identidade de projeto, essa possibilidade existe, ainda que muito

impregnada das ideias de resistência que moveram o grupo no início do movimento. Vale lembrar Ciampa (1994), ao esclarecer que diferentes contextos históricos podem favorecer ou dificultar a humanização do homem, e ainda Castells (2010), para quem qualquer identidade é construída socialmente e ocorre em contextos marcados por relações de poder. Observa-se, a partir da análise das entrevistas, que a origem da identidade do movimento do Campo de Públicas caracteriza-se essencialmente pela resistência à imposição de uma identidade pressuposta de administrador e dá sinais de busca pela construção de uma identidade de projeto. A continuidade do movimento mesmo após a aprovação das DCNs em 2013 é uma demonstração de que o grupo tem potencial para constituir-se enquanto uma identidade coletiva de projeto.

Mas, afinal, a percepção sobre distinções significativas entre as identidades profissionais de administradores (de empresas) e administradores públicos foi um fator determinante para a constituição do movimento do Campo de Públicas? Mais uma vez, a pesquisa empírica confirma a pesquisa teórica. A partir do referencial teórico, foi possível encontrar evidências significativas das diferenças entre o perfil profissional de administradores e administradores públicos. Nesse mesmo sentido, um dos entrevistados aponta que as distinções entre as identidades profissionais foram um fator determinante para o movimento. “Sem dúvida. A percepção do perfil profissional distingue claramente a identidade do movimento. Ter noção que um administrador público merece formação e valores diferentes de um administrador privado é essencial para dar “liga” no movimento.” (E7Q8L78-80)

Assim sendo, é possível concluir que tais distinções apontadas no problema de pesquisa foram fundamentais para a constituição do movimento, apesar de ser possível que essas distinções sejam ainda mais significativas para os integrantes formados em Administração.

Além dessas distinções entre AP e AE percebidas pelos entrevistados várias outras informações obtidas a partir das entrevistas e também do referencial teórico foram condensadas em quadros pretendendo uma apresentação mais objetiva das informações.

O embasamento teórico fornecido pela psicologia social permitiu avançar na compreensão da constituição do Campo de Públicas nos diferentes níveis: micro, macro e meso. No nível micro a análise direcionou o seu foco para os indivíduos integrantes do movimento, formados em Administração. No nível macro, a atenção voltou-se para a conjuntura histórica e política da administração pública brasileira. No nível meso, as contribuições fornecidas pelos entrevistados permitiram a percepção da interligação entre os

níveis. Assim como os indivíduos se posicionam diante da realidade macro, que a cada um deles se apresenta, seu posicionamento individual, quando articulado coletivamente, interfere na realidade macro.

Portanto, o Campo de Públicas é uma expressão de identidade coletiva construída a partir de identidades múltiplas e que interagem com a própria realidade, reconstruindo-se, individual e coletivamente, num constante vir a ser.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo sido adotado como tema central da pesquisa o movimento Campo de Públicas e como objetivo geral da pesquisa, compreender, a partir da noção de identidade, a constituição do movimento, é importante destacar o problema expresso na pergunta: A percepção de integrantes do Campo de Públicas, sobre distinções significativas entre as identidades profissionais de administradores (de empresas) e administradores públicos, foi um fator determinante para a constituição do movimento? A indagação traz consigo a ideia de que existem distinções entre AP e AE. Contudo a pesquisa pretendeu além de buscar elementos que evidenciassem essas distinções, discutir o posicionamento de integrantes do movimento, graduados em Administração, diante da identidade pressuposta de administrador, difundida na literatura *pop-management*, assim como nos cursos de graduação em Administração.

Reconhecendo que o tema escolhido para a pesquisa é bastante amplo e complexo, permitindo inúmeras possibilidades de análise, para que os objetivos da pesquisa pudessem ser alcançados optou-se por analisar a constituição do movimento Campo de Públicas, a partir dos referenciais da psicologia social e da percepção de integrantes graduados em Administração.

A partir da contextualização da pesquisa e dos referenciais da ciência administrativa, foi possível traçar a identidade pressuposta do administrador, expressa em nível macro, evidenciada tanto nas obras de referência quanto na legislação que regulamenta formação de administradores. Com base no referencial teórico, foi desenvolvida a parte empírica da pesquisa, que utilizou as entrevistas como estratégia para a coleta de dados.

Para que fosse possível conhecer e discutir o posicionamento dos integrantes em relação à identidade pressuposta de administrador, adotou-se como critério de seleção, dos entrevistados além da graduação em Administração, a participação em eventos presenciais do movimento. Constatou-se, a partir da fala dos entrevistados, que a negação da identidade pressuposta de administrador, estabelecida em nível macro e reforçada nos cursos de graduação nos quais os entrevistados se formaram, foi um fator determinante para a constituição do movimento e para o ingresso dos entrevistados no referido movimento, que ocorre quando os entrevistados passam a atuar como professores ou coordenadores de cursos ligados ao Campo de Públicas.

Por tratar-se de um movimento relativamente recente, que vem se articulando a partir de 2000 e, de modo mais efetivo, a partir de 2010, quando é redigida a Carta de Balneário

Camboriú, o movimento Campo de Públicas ainda não possui objeto de estudo, referências teóricas e referenciais normativos totalmente explicitados. Com base na análise das falas dos entrevistados, foi possível constatar que se trata de questões ainda em discussão pelo grupo e que sua explicitação dependerá das articulações ainda em curso. Contudo, a pesquisa evidencia tratar-se de referenciais diferentes daqueles adotados pela ciência administrativa hegemônica.

É possível também associar a constituição do Campo de Públicas à ideia de paradigma emergente defendida por Keinert (2000), por meio da qual a autora argumenta que a crise política, econômica e do próprio Estado, ocorrida na década de 80, questiona o Paradigma Estatal e abre espaço para o surgimento de um novo paradigma voltado para o interesse público, que surge após os anos 90. Com base nos estudos desenvolvidos no decorrer desta pesquisa, é possível afirmar que o Campo de Públicas pode ser considerado uma evidência da consolidação do Paradigma Emergente apontado pela autora em sua tese defendida em 1999 e publicada em 2000.

Quanto à natureza da identidade coletiva em construção, com base na fala dos entrevistados constatou-se que a origem do movimento foi uma identidade de resistência, de modo especial uma resistência à imposição de referenciais típicos da ciência administrativa hegemônica. Conquistado o primeiro grande objetivo do movimento, que foi a aprovação de DCNs para os cursos do Campo de Públicas, o grupo continua se articulando e construindo novas agendas relacionadas ao reconhecimento da Administração Pública enquanto um campo próprio de formação e de atuação profissional. Tal articulação evidenciada na fala dos entrevistados sinaliza em direção à constituição de uma identidade de projeto, ancorada na multiplicidade da formação de seus atores e na possibilidade de construção de referenciais multidisciplinares, que possam orientar a formação de gestores públicos ou até mesmo a constituição de uma identidade própria para a administração pública brasileira.

Cabe lembrar que o Campo de Públicas, sendo integrado por docentes e discentes de curso de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social, representa um objeto amplo de pesquisa, que não se esgota aqui, podendo ser retomado na investigação de inúmeros outros aspectos, como a percepção dos demais integrantes do movimento formados em outras áreas, além do bacharelado em Administração.

A riqueza do Campo de Pública está na multiplicidade da formação de seus integrantes e de sua estrutura não hierarquizada, o que favorece a integração do grupo, o diálogo com outras instâncias e com a sociedade e o crescimento do próprio grupo. Seu futuro vai

dependem, em boa medida, em sua capacidade de conciliar ideias e propósitos, bem como a superação de dicotomias. Não é o caso, apenas, de se resgatar a dimensão política da formação dos administradores públicos. É preciso ir além e buscar também a formação técnica adequada às demandas da administração pública, não mais se sujeitando ao mimetismo da administração de empresas e à imposição de ferramentas e valores que são próprios da administração empresarial. É necessário que essa polaridade entre administração pública e administração de empresas seja superada e as particularidades de cada uma dessas identidades profissionais sejam reconhecidas.

Tratando de responder objetivamente à pergunta mais ampla da pesquisa, com base teórica e empírica é possível afirmar que, o reconhecimento de que existem distinções significativas entre as identidades de administradores de empresas e de administradores públicos, foi e continua sendo fundamental para a constituição do Campo de Públicas. O futuro do movimento dependerá de ações integradoras e interdisciplinares que sejam capazes de articular a multiplicidade do grupo. Para que tais ações sejam possíveis, além da atuação protagonista das atuais e novas lideranças que possam emergir do movimento, é necessário que as estruturas mantenham-se democráticas e atentas aos fatores da macro estrutura, ou seja, o contexto político e econômico que constroem o cenário nacional e internacional.

Outro elemento importantíssimo e que poderá tornar-se mais um ponto fortalecedor do Campo de Públicas são os seus egressos. Sua formação de caráter mais interdisciplinar e conectada com a realidade brasileira, poderá permitir o aprofundamento das discussões e contribuir para a construção de novos referenciais para o movimento, próprios da administração pública, mas, ainda assim, não isolados dos inúmeros campos de conhecimento que ele congrega. O caráter multidisciplinar do Campo de Públicas, apesar da riqueza que representa, traz consigo um grande desafio: constituir-se em sua particularidade, sem isolar-se e, ainda assim, permitindo a participação de múltiplas áreas do conhecimento.

Finalizando é oportuno destacar que a base empírica da pesquisa foi desenvolvida a partir de informações fornecidas por integrantes do Campo de Públicas, bacharéis em Administração. Portanto, não é possível estabelecer conclusões que generalizem as percepções dos integrantes. Assim, as análises do presente trabalho pretendem contribuir para que se ampliem as discussões em torno da formação de profissionais qualificados para atuação Administração Pública Brasileira. Vale lembrar Paes de Paula (2005) que afirma que uma formação específica em Administração Pública requer o desenvolvimento de técnicas de gestão próprias.

O trabalho constitui um incentivo para que outros pesquisadores que se interessem pelo tema, possam dar continuidade a essa análise buscando também outros olhares, como por exemplo, dos integrantes do movimento formados em Ciência Política ou em Economia, ou ainda que explore a sua diversidade e acompanhando as ações do Campo de Públicas que continua em pleno movimento de construção.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, ed. esp. p. 67-86, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. [Brasília, DF: Senado Federal, 1988]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 01 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 26, jul. 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf)>. Acesso em: 14 maio. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei 4.769. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 set. 1965. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao>>. Acesso em: 22 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.321, de 13 de junho de 1985. Altera a Denominação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração, e dá outras Providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jun. 1985. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7321.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7321.htm)>. Acesso em: 15 fev. 2014

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.131 de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 nov. 1995. Disponível em: <[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%209.131-1995?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.131-1995?OpenDocument)>. Acesso em: 14 mar. 2014

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. [Brasília, DF, 2014]. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20138&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20138&Itemid=866)>. Acesso em: 14 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Recurso contra o Parecer CNE/CES nº 266/2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública, bacharelado. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez. 2013, seção 1, p. 117.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Sistema e-MEC**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

CALDAS, Miguel P.; WOOD JR., Thomaz. Identidade Organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 6-17, jan./mar. 1997.

CARVALHO, José Luiz Feliciano; CARVALHO, Frederico Antonio A; BEZERRA, Carol. O monge, o executivo e o estudante ludibriado: uma análise empírica sobre leitura eficaz entre alunos de administração. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 535-549, set. 2010.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. Identidade. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley. **Psicologia social: o homem em movimento**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 58-75.

COELHO, F. **Educação superior, formação de administradores e setor público**: um estudo sobre o ensino de administração pública em nível de graduação no Brasil. 2006. 151 f. Tese (Doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. A problemática do ensino de graduação em administração pública do Brasil. **Cadernos EBAPE**, n. esp. p. 1-21, ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Reformas e inovações na gestão pública no Brasil contemporâneo. In: CARNEIRO, José Mario Brasiliense; DANTAS, Humberto (Org.). **Parceria social público-privada**: textos de referência. São Paulo: Oficina municipal, 2012. p. 37-52.

\_\_\_\_\_. In: Boullosa, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador CIAGS/UFBA, 2014.

COELHO, Fernando de Souza; OLENSCKI, Antonio Roberto Bono; CELSO, Rafael Prado. Da letargia ao realento: notas sobre o ensino de graduação em administração pública no Brasil no entremeio da crise do Estado e da redemocratização no país (1983-94). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1707- 1732, nov./dez. 2011.

COELHO, Fernando de Souza.; NICOLINI, Alexandre Mendes. Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854-1952). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 367-388, mar./abr. 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/19640/18361>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública, 200 anos de reformas, **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-874, set./out. 2008.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da administração pública**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **A prática da administração de empresas**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1981.

ÉSTHER, Angelo Brigato. **A construção da identidade gerencial dos gestores da alta administração das universidades federais em Minas Gerais**. 2007. 276 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

FERNANDES, Karina Ribeiro; ZANELLI, José Carlos. O processo de construção das identidades dos indivíduos nas organizações. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n.1, p. 55-72, jan./mar. 2006.

FISCHER, Tânia. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 278-288, out./dez. 1984.

FREITAS, Maria Ester de. **Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma?** 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Escola de Administração Pública e de Empresas. **História**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <ebape.fgv.br/quem-somos/historia>. Acesso em: 20 mar. 2014.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

GONÇALVES, Silvia Ferreira Caproni; GAYDECZKA, Beatriz. Afinal, o que é essa tal interdisciplinaridade? E, o que seria um Bacharelado Interdisciplinar? In: GAMBI, Thiago; COSENTINO, Daniel do Val; GAYDECZKA, Beatriz. **O desafio da interdisciplinaridade: reflexões sobre a experiência do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da UNIFAL-MG**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

HACHEM, Daniel Wunder. Gestão pública e a realidade latino-americana. **A & C: revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, v. 10, n. 42, set. 2010.

\_\_\_\_\_. **Princípio constitucional da supremacia do interesse público**. 2011. 420 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP & A, 2006.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ITUASSU, Cristina Trindade; TONELLI, Maria José. Notas sobre o conceito de sucesso: sentidos e possíveis (re) significações. **RAM: revista de administração Mackenzie**, São Paulo, v. 13, n. 6, p. 197-224, nov./dez. 2012.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a04v16n2.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 41-48, maio/jun. 1994.

\_\_\_\_\_. **Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. São Paulo: Annablume, 2000.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LOURENÇO, Cléria Donizete da Silva; TONELLI, Dany Flávio; MAFRA, Flávia Luciana Naves. A reconciliação entre o econômico e o social: um desafio para o ensino de administração. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 2., 2009, Curitiba, **Anais...** Curitiba, 2009.

MACHADO, Hilka Vier, A identidade e o contexto organizacional: perspectiva de análise. **Revista de Administração Contemporânea**. ed. esp. p. 51-73, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Fernando Ramalho. Identidade e estudos organizacionais: em direção a um novo paradigma? **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v.22, n. 1, p. 62-82, jan./abr. 2013.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça. O estado da arte da gestão pública. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 82-90, jan./fev. 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. A mudança difícil: sobre o Estado e o gestor público que se necessita. In: \_\_\_\_\_ **As Possibilidades da política**: idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998. cap. 4, p.183-213.

PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, FGV, v. 45, n. 1, jan./mar. 2005.

PIRES, Valdemir *et al.* **Campo de públicas**: campo de formação, pesquisa e atuação profissional que congrega os cursos de graduação em administração pública, gestão pública, políticas públicas, gestão de políticas públicas e gestão social. 2012. Disponível em: <campodepublicas.wordpress.com/about/>. Acesso em: 12 dez. 2013.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova Ciência das organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

ROSA, Reis Alexandre; MENDONÇA, Patrícia. Movimentos sociais e análise organizacional: explorando possibilidades a partir da teoria dos frames e a de oportunidades políticas. **Organizações e Sociedade**, Bahia, v. 18, n. 59, p. 2-20, out./dez. 2011.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. A educação superior em administração no Brasil e a questão da emancipação: um túnel no fim da luz? **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 12, n.1, p. 41-60, jan./jun. 2011.

SERVA, Maurício. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18 -30, abr./jun. 1997.

TENÓRIO, Fernando G. O “tipo burguês” e o pensamento organizacional. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2., 2012, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://coloquioepistemologia.com.br/blog/wp-content/uploads/2013/05/ANE100.pdf>>. Acesso em 14 abr. 2014.

TOLEDO, Samantha. Carreira e identidade: reflexos das exigências mercadológicas na vida pessoal e profissional dos jovens executivos de empresas multinacionais. In: ENANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-gpra-1280.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2014.

VENDRAMINI, Patrícia. **Análise do curso de Administração Pública da UDESC – ESAG à luz das competências**. 2013. 249 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. (mimeo)

WAHRLICH, Beatriz. Formação em administração pública e de empresas: programas específicos ou integrados numa sociedade em desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, v. 1, n. 2, p. 239-258, 1967. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/4178/2967>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

WILSON, W. The study of administration. *Political Science Quarterly*, v. 2, n. 4, p. 197-222, June 1887. Disponível em <<https://archive.org/details/jstor-2139277>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

WOOD JR., Thomaz, PAES DE PAULA, Ana Paula. A mídia especializada e a cultura do management. **Organizações e Sociedade**, Bahia, v. 13, n. 38, p. 91-105, jul./set. 2006.

APÊNDICE A – Roteiro para as entrevistas com integrantes do Campo de Públicas graduados em Administração.

**DADOS DA PESQUISA**

**Título:** Campo de Públicas: estudo sobre a constituição do movimento à luz da noção de identidade

**Mestranda:** Sílvia Ferreira Caproni Gonçalves

**Orientador:** Virgílio César da Silva e Oliveira

**Coorientador:** Gustavo Ximenes Cunha

**Aprovação no Conselho de Ensino e Pesquisa da UNIFAL:** parecer consubstanciado nº 564.947, de 07/03/2014

**Questões:**

**01. Como você caracteriza o curso de graduação em Administração no qual se formou?**

Considere em sua resposta:

- i. a natureza dos conteúdos predominantes (críticos, instrumentais ou ambos);
- ii. as habilidades e as competências essencialmente desenvolvidas (relacionais, técnicas ou ambas);
- iii. o campo de reflexão predominante (público, privado ou ambos);
- iv. o objeto de reflexão predominante (a pequena empresa, a grande empresa, organizações públicas, organizações não governamentais ou múltiplos formatos);
- v. a origem predominante da literatura utilizada (nacional, internacional ou internacional traduzida para o português)

**02. Considerando os conteúdos apresentados nos quadros:**

A **identidade pressuposta** corresponde ao conjunto de papéis que o indivíduo deve representar. Tais papéis condicionam modos de ser, pensar e agir - nos quais se fazem presentes as expectativas sociais sobre as condutas individuais. Para este trabalho, considera-se que a identidade pressuposta do Administrador (seu estereótipo mais geral) aponta para um profissional competitivo e individualista que coloca em primeiro plano as metas individuais e organizacionais. Ele percebe, de forma secundária, as contradições entre capital e trabalho. Crê em padrões de sucesso. Desde a sua formação, as dimensões humanística, política e crítica (para além do gerenciamento de meios) não são desenvolvidas e exercidas em plenitude.

Diante dessa identidade pressuposta, observam-se processos de assimilação, reposição e negação.

O processo de **assimilação** é o momento no qual o indivíduo absorve ou internaliza o papel social a ele atribuído. Esse processo ocorre quando o indivíduo passa a assumir esta personagem como parte de sua própria identidade.

A **reposição**, por sua vez, se dá através das forças e rituais sociais, que fazem com que, ao longo do tempo, o indivíduo mantenha a identidade assimilada, naturalizando-a e, assim, aproximando-a da noção de um mito que prescreve as condutas corretas, reproduzindo o social.

No processo de **negação** observa-se a superação da identidade pressuposta. Esta superação se dá na medida em que o indivíduo nega aquilo que o nega enquanto sujeito: a identidade pressuposta. Ou seja, ele contradiz conscientemente o estereótipo em busca de uma identidade aderente ao modo como efetivamente reflete e age.

**Responda:**

i. sua formação reforçou os elementos característicos da identidade pressuposta do Administrador?

ii. ao longo dos anos, como meu posicionamento como Administrador oscilou entre os processos de assimilação, reposição e/ou negação da identidade pressuposta?

**03.** Como se deu o seu ingresso no Campo de Públicas?

**04.** No seu entendimento quais os principais fatores que contribuíram para a constituição do Campo de Públicas?

**05.** O Campo de Públicas:

i. tem acessado e concebido referenciais teóricos não hegemônicos na Ciência Administrativa? Quais seriam eles?

ii. tem se debruçado sobre objetos de estudo não hegemônicos na Ciência Administrativa? Quais seriam eles?

**06.** O Campo de Públicas tem concebido novos referenciais normativos para o ensino da Ciência Administrativa? Quais seriam eles?

**07.** O campo de públicas exprime uma identidade em formação? No que se refere a identidade coletiva, três formas podem ser destacadas:

A identidade **legitimadora** é produzida e reproduzida por instituições dominantes, com o intuito de racionalizar e ampliar a influência de um campo sobre os atores sociais.

A identidade de **resistência** é criada por atores sociais que se encontram em posições socioinstitucionais subalternas e contraditórias em relação à lógica hegemônica.

A identidade de **projeto** manifesta-se quando os atores sociais desenvolvem uma nova identidade, consensual (em grande medida) e com capacidade de redefinir a posição do coletivo na sociedade - e, até, de transformar a sociedade.

Sua natureza poderia ser considerada legitimadora, de resistência ou de projeto? Justifique sua resposta.

**08.** Apresente (e justifique) uma resposta para a seguinte indagação:

A percepção sobre distinções significativas entre as identidades profissionais de administradores (de empresas) e administradores públicos foi um fator determinante para a constituição do movimento do Campo de Públicas?